Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura **Número: 38**

II Sessão Legislativa **Horta, quinta-feira, 30 de setembro de 2021**

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Vânia Ferreira (substituída no decorrer da sessão pelo Deputado Marco Costa) e Deputado Tiago Branco*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos

Após a chamada dos Srs. Deputados a sessão iniciou-se com a **Interpelação ao Governo Regional sobre "Funcionamento do Serviço Regional de Saúde"**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A sua apresentação foi feita pelo Sr. Deputado António Lima *(BE)*. Posteriormente pediram para usar da palavra os Srs./as Deputados/as: José Pacheco *(Chega)*, Carlos Furtado *(Independente)*, Tiago Lopes *(PS)*, Pedro Neves *(PAN)*, Nuno Barata *(IL)*, Catarina Cabeceiras *(CDS-PP)*, Pedro do Nascimento Cabral *(PSD)*, Pedro Pinto *(CDS-PP)*, Rui Martins *(BE)*, Paulo Estêvão *(PPM)*, José Ávila *(PS)*, bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses)* e o Sr. Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro)*.

No decorrer do debate foram proferidos protestos pelo Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral *(PSD)*, bem como pelo Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses) e* Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima)*, tendo sido feitos os contraprotestos pelos Srs. Deputados: Tiago Lopes *(PS)* e António Lima *(BE)*, respetivamente.

Em seguida foi feita a apresentação em Plenário do **Projeto de Resolução n.º 74/XII – "Campanha institucional de promoção dos Açores em parceria com as empresas de lacticínios"**, pelo Deputado Independente, Carlos Furtado.

Os trabalhos terminaram às 15 horas e 55 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 07 minutos

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada. Tem a palavra o Sr. Secretário.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**

Andreia Martins Cardoso da **Costa**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Célia Otelinda Borges **Pereira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria Isabel Góis **Teixeira**

Maria **Valdemira Gouveia** Andrade **Carvalho**

Mário José Dinis **Tomé**

Miguel António Moniz da **Costa**

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**

Rui Filipe Vieira **Anjos**

Sandra Micaela Costa Dias **Faria**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Vílson Filipe da Costa Ponte **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima **Sousa**

Flávio da Silva **Soares**

Jaime Luís Melo **Vieira**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Marco Nuno Costa e **Silva**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo Duarte **Gomes**

Pedro Miguel de Medeiros **do Nascimento Cabral**

Rui Miguel Mendes **Espínola**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Vânia Marisa Borges Figueiredo **Ferreira**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Independente
Carlos Augusto Borges Rodrigues **Furtado**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a Sessão, pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados conforme deliberado pela Conferência de Líderes, nós vamos iniciar os nossos trabalhos de hoje com a **Interpelação ao Governo Regional sobre "Funcionamento do Serviço Regional de Saúde"**.

É uma interpelação apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e os tempos são os seguintes: O Bloco de Esquerda, o Partido Socialista e o Governo dispõe de 28 minutos, o PSD de 24 minutos, o CDS-PP de 14 minutos, o PPM de 12 minutos, as Representações Parlamentares de 10 minutos e o Sr. Deputado Independente de 5 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado António Lima *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda toma a iniciativa de hoje interpelar o Governo Regional sobre o funcionamento do Serviço Regional de Saúde pelo facto de se adensarem situações que não auguram nada de bom.

Interpelamos o Governo devido a práticas de promiscuidade entre sector público e privado que podem tornar-se não só prejudiciais à boa gestão da coisa pública, mas também potencialmente geradoras de práticas de corrupção, não sabendo nós, como é evidente, se já estão ou não instaladas.

É, pois, uma interpelação que tem propósitos profiláticos.

Comecemos pelo Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada.

Este hospital é de longe a unidade de saúde mais diferenciada do serviço regional de saúde. Só por este motivo devia haver da parte do poder político um extremo cuidado com a sua gestão.

Acresce que este hospital é apenas e não só o maior empregador da Região e um dos maiores atores económicos dos Açores.

Não faltam por isso motivos para se tornar apetecível a sua utilização abusiva. Este contexto aconselha, por isso, aos maiores cuidados.

Mas este Governo não teve pudores. Sem apresentar razões substantivas, demitiu o anterior Conselho de Administração em plena altura crítica da pandemia.

As razões evocadas são no mínimo hilariantes: alegados problemas internos que chegavam ao domínio público.

Se esses fossem esses os reais motivos da demissão, o que dizer então do que se passa no HDES desde que o atual CA tomou posse? Se fossem reais os motivos da demissão do anterior CA, o atual não teria durado 6 meses.

Só os arranjos políticos da coligação poderão justificar a substituição do anterior CA e a nomeação e manutenção do atual. Vejamos:

Ainda estava fresca a nomeação do CA e eis que a diretora financeira do HDES é demitida.

Esta demissão torna-se ainda mais incompreensível por ter sido feita à revelia da administradora que tutelava a área financeira e que acabou por se demitir.

Não acha o Governo que, tratando-se uma área tão nevrálgica para funcionamento da instituição essas explicações têm de ser dadas no imediato?

Mas as trapalhadas não ficam por aqui.

O Diretor Clínico, membro do CA, é autorizado a exercer a sua atividade de médico numa instituição privada e acumular funções como membro do CA.

Aqui levantam-se vários problemas, desde logo legais.

O HDES é um hospital público e rege-se pelo Estatuto dos Hospitais Públicos, Centros Hospitalares e Institutos Portugueses de Oncologia, que no n.º 2 do artigo 13.º diz o seguinte: "O membro do conselho de administração, que exerce as funções de diretor clínico, pode, a título excecional e no âmbito do mesmo estabelecimento de saúde, cujo órgão integra, exercer a atividade médica."

Em nosso entender esta norma sobrepõe-se ao disposto no estatuto de gestor público regional.

Mas os problemas são também de ordem ética e profissional. Não está aqui em causa a idoneidade do médico em questão que, até prova em contrário, é imaculada. Mas a situação dá azo, e propícia de forma ponderosa a dúvida sobre os interesses reais em causa.

Não deixa de ser curioso que tendo o Bloco de Esquerda entregue um requerimento a 21 de junho de 2021, para esclarecer esta situação, a resposta do Governo, datada de 7 de setembro de 2021, seja uma carta do próprio diretor clínico datada de 23 de junho de 2021 a colocar a necessidade de regularizar a situação.

2 dias depois da data do requerimento do Bloco de Esquerda.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Isso é que é eficiência!

O Orador: Nesta carta é feita referência a um parecer jurídico sobre o qual nada se conhece e que não foi enviado.

Mais uma enorme trapalhada, em nosso entender ilegal, que o Governo tem de explicar a esta Casa e aos açorianos e açorianas.

Quais os interesses que movem este Governo para se meter nestas trapalhadas?

Deputado Carlos Silva *(PS):* O Sr. Vice-Presidente vai esclarecer!

O Orador: São muitas, é verdade, mas por economia de tempo porque quero abordar ainda que de forma sucinta outras vertentes, há outro caso que não pode deixar de ser abordado e esclarecido.

Como se explica que sem inquérito, sem culpa formada, sem sequer se saber o que realmente se passou, se tenha demitido sumariamente o diretor de informática do HDES, expulsando-o das instalações?

O que justifica esta prática que lembra regimes autoritários? Acha o Governo que o HDES ou qualquer outra instituição pública estão isentos de cumprir os preceitos do estado de direito?

Os partidos da coligação que nesta Casa têm defendido que não devem fazer julgamentos na praça pública, referindo-se a outros, afinal não passam de defensores do estado de direito… mas defensores não praticantes.

Como aceita o Governo um CA que condena sem inquérito? Como aceita o Governo um CA com práticas de nepotismo e de condicionamento da liberdade sindical?

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Isso é mentira! Não seja mentiroso!

O Orador: Esta coligação, principalmente o PSD, apresentou-se em período eleitoral e em muitos documentos com o lema da TRANSPARÊNCIA. O que vemos é um cenário cada vez mais negro.

Qualquer manual de luta anticorrupção e os discursos dos nossos importantes provedores da justiça desde os tempos do Dr. Menéres Pimentel, apontam a promiscuidade entre público e privado como um dos principais fatores potenciadores da corrupção.

Como vimos não falta promiscuidade entre cargos e pessoas, mas a cereja no topo do bolo vem com a publicação da portaria de meios complementares de diagnóstico e terapêutica da Secretaria Regional da Saúde e Desporto.

Esta portaria coloca os meios do Serviço Regional de Saúde ao serviço do setor privado, mediante pagamento, como é evidente.

Mas quem nos garante que os doentes que pagam as consultas no privado não serão privilegiados no acesso aos meios de diagnóstico do SRS em relação

aqueles que não têm outra saída que não estar nas listas de espera do serviço regional de saúde?

Vejamos o seguinte exemplo: 2 pessoas vão ao médico no mesmo dia, com a mesma patologia. A mais pobre vai ao serviço público. A outra mais abonada consegue ir ao mesmo médico no consultório privado.

A pessoa que vai ao serviço público vai para a lista de espera da consulta de especialidade, a que vai ao setor privado tem consulta uma semana depois.

O médico, sentado na cadeira do consultório privado, prescreve ao fim de uma semana um TAC ao doente. O doente do setor público só tem o mesmo exame dois meses depois.

Assim, quem pode pagar não espera para utilizar os mesmos meios do serviço regional de saúde.

Esta lógica, para além de perversa do ponto de vista ético e moral, é profundamente potenciadora de práticas corruptivas.

Afinal, transparência, rigor e objetividade não é o ponto forte desta coligação e seus apoiantes. Não passam de palavras deitadas ao vento.

Mas falando em palavras deitadas ao vento, os partidos desta coligação e em particular o PSD assumiram a promessa de acabar com a suborçamentação da saúde.

No primeiro ano, 2021 em que esta coligação teve a responsabilidade do orçamento não cumpriu a promessa. Aliás foram ridículas as desculpas avançadas: era muito dinheiro e não podia ser todo investido num ano. Mas não sabiam disso antes?

Neste quadro, e quando o próprio Governo informa os partidos que o orçamento do próximo ano vai sofrer um corte, a pergunta que se deve colocar ao Sr. Secretário da Saúde é se vai cumprir a promessa de acabar com a suborçamentação?

A qualidade do serviço prestado pelo SRS em muito depende da capacidade de programação de serviço e meios e é esta a razão pela qual a suborçamentação é contrária aos interesses dos açorianos e açorianas.

O tempo urge e de forma rápida coloco outras questões.

A 18 de Agosto deste ano foi tornado público pelo Governo que pretendia contratar 24 médicos de medicina geral e familiar. Desde o anúncio abriram apenas 5 vagas!

Foi mera propaganda ou é ainda intenção do Governo realizar essas contratações para este ano?

Sabe o Sr. Secretário quanto custa a contratação de um médico externo com a remuneração, estadia e viagens, tudo incluído?

E valeria a pena também perguntar onde está o investimento na saúde! Para além de um ou outro equipamento, não se vê nenhum investimento de relevo.

E finalmente, Sr. Secretário, onde está o levantamento da atividade do SRS atrasada devido à COVID.19? Onde está o plano de recuperação que teria de ser apresentado a este parlamento, conforme resolução aprovada por unanimidade?

Sr. Secretário, sendo esta uma interpelação, espero que comece por responder às perguntas que deixo nesta primeira intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** *(Clélio Meneses):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de saudar a iniciativa do Bloco de Esquerda, de trazer ao Parlamento uma interpelação sobre o Serviço Regional de Saúde.

Entendemos que é sempre importante este debate, esta reflexão, sobretudo, para promover esclarecimentos. E é nessa perspetiva que entendemos saudar este

debate que nos ocupará durante algumas horas, para termos a oportunidade de esclarecer.

Mas, ao mesmo tempo que saúdo a iniciativa, lamento o conteúdo, porque quando poderíamos estar aqui a discutir, na essência, na estrutura, os caminhos que se pretende, as correções que têm de ser feitas para reforçar o Serviço Regional de Saúde, o que assistimos aqui, foi a uma intervenção de suspeição, de apreciações meramente qualificativas, com termos absolutamente irresponsáveis, como *promiscuidade*, *corrupção* e *perversidade*. Obviamente que não é esse o nosso caminho. E, saudando a iniciativa, lamento o conteúdo exatamente por aquilo que referi.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Devia era ser sério e não mentiroso!

O Orador: O Serviço Regional de Saúde é algo de muito sério e muito importante para ser usado e abusado nos termos em que o Bloco de Esquerda acabou de fazer.

É um assunto muito sério e é muito importante, para ser usado e abusado com os interesses partidários que foram aqui manifestados.

Respondendo às questões que foram colocadas, e penso que era importante abordarmos mais do que essas avaliações e qualificações, mais do que esses ataques *ad hominem* que foram aqui feitos, mais do que isso tudo, era importante refletirmos, abordarmos e contribuirmos para percebermos os resultados efetivos que estão a ocorrer na vida das pessoas, em vez de fazermos a suspeição que foi aqui proferida.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: O que este Governo está a fazer é exatamente o contrário daquele que foi o registo do Sr. Deputado nesta Assembleia.
O que este Governo está a fazer é o reforço do Serviço Regional de Saúde.
Estamos a reforçar em recursos humanos, recursos financeiros, equipamentos, em obras, conforme – se tiver oportunidade – apresentarei nesta Assembleia.
Algo, em valores, muito superiores ao que aconteceu, por exemplo, no ano passado. Estávamos em pandemia, tal qual estamos este ano. Mas ainda em valores superiores ao que aconteceu em 2019 em que nem pandemia se adivinhava.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Ao contrário do Bloco de Esquerda, o entendimento deste Governo é de que a saúde deve ser integrada num sistema complementar em que todos participam, na perspetiva de darmos a melhor resposta ao utente. Independentemente de ser público, privado, social, o que é importante é a resposta ao utente. E nesta transversalidade e abrangência da visão atual, moderna, da intervenção em saúde, tem uma parte fundamental o cidadão: acabar com o binómio profissional de saúde/utente, responsabilizando todos os cidadãos como agentes ativos de saúde. Para isso, é importante invertermos o paradigma. Um paradigma que, até agora, foi centrado e fechado, nos termos que foram aqui manifestados, mas no sentido de promovermos a prevenção, a proximidade e combater a saúde prevenindo-a.

É este o caminho. É este o registo. É este o modelo que pretendemos implementar.

Não será visível num ano, certamente nem numa legislatura. Mas para este Governo, e para esta tutela, não interessa o resultado eleitoral das nossas ações. Interessa, sim, o resultado das nossas ações nestas gerações e nas que vêm e que nos vão seguir.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: No que diz respeito ao Diretor Clínico do Hospital do Divino Espírito Santo, obviamente que o Sr. Deputado acabou por dizer, é nosso entendimento jurídico.

Deputado António Lima *(BE):* Onde está?

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* É a lei!

O Orador: O entendimento jurídico que fundamenta esta decisão é o artigo 1º do Decreto Legislativo Regional nº 2/2007/A que expressa e diretamente torna aplicável o Regime Jurídico do Sector Público-Empresarial da RAA, aprovado pelo DLR nº 7/2008/A. Estou a falar da lei que permite.

Ora, o artigo 23º do Estatuto do Serviço Regional de Saúde prevê exatamente aos profissionais dos Quadros do Serviço Regional de Saúde a permissão para exercer atividade privada. Isso está referido no próprio diploma que refere de forma clara esta autorização. Também é referido no artigo 17º do Estatuto do Gestor Público que no caso de regime de exclusividade, ou no caso de exercício de funções de direção, é possível por despacho fundamentado isso acontecer. E esse despacho fundamentado pode acontecer no prazo de um ano. E é por aí. Há um ano em que a pessoa nomeada pode estar nessas funções.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Já foi feito!

O Orador: Por isso, em menos de um ano, este Governo regularizou, conforme era de lei.
Não há qualquer ilegalidade. Não há qualquer tipo de dúvida.
Deputado António Lima *(PS):* Há, há!
O Orador: E é lamentável que perante situações legalmente inequívocas, se levante um manto de suspeição e de ataque *ad hominem* como foi aqui feito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Curiosamente, o Bloco de Esquerda, como alguns perante o ruído que fazem, em 9 meses de governação deste Governo, viram a sua ação marcada pelo silêncio de 24 anos, perante situações idênticas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E vou explicar.
É que eu não ouvi - este ruído de certeza que não ouvi e esses ataques *ad hominem* de certeza que não ouvi – nem uma palavrinha do Bloco de Esquerda sobre a nomeação do Diretor Clínico, por parte do anterior Governo Regional, em julho de 2013, que também acumulava funções com a atividade privada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva *(PS):* Está publicado!

(Neste momento o Sr. Deputado mostra um documento à Câmara)

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Caladinho!

Deputado Carlos Silva *(PS):* O senhor não me manda calar!

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* Sr. Vice-Presidente, o senhor já não é Deputado! Não pode falar assim!

O Orador: Perante situação absolutamente iguais, o Bloco de Esquerda, hoje, faz ataque pessoal, hoje faz ruído. Mas na parceria com o Partido Socialista, e neste conluio com o Partido Socialista, esteve silenciado perante situações que agora denuncia!

É isto que demonstra a vossa absoluta falta de razão e falta de fundamento político!

Gostaria, também, de fazer referência à questão do Diretor Informático.

Esta questão tem a ver com a competência do Conselho de Administração, é da sua gestão. E, ao contrário daquilo que foi aqui referido, não estamos perante um contrato de trabalho. Estamos perante uma comissão de serviço. E uma comissão de serviço não obriga, não legitima, não exige, nem sequer tem nalgum documento e nalgum dispositivo legal, obrigatoriedade de qualquer inquérito ou de qualquer possibilidade de contraditório. Estamos perante uma comissão de serviço e, nessa perspetiva jurídica, legal e consistente, perante uma comissão de serviço, foi determinado o fim da mesma, conforme acontece e aconteceu durante 24 anos, como tem acontecido e irá acontecer, porque estamos perante uma comissão de serviço. E confundir uma comissão de serviço com um trabalho de trabalho, também revela bastante a forma infundada como o Bloco de Esquerda entrou para este debate.

No que diz respeito à Portaria dos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, certamente o Sr. Deputado não entendeu aquilo que está nessa Portaria. O que se pretendeu foi exatamente aquilo que vou explicar.

Talvez não saiba, mas muitos cidadãos sabem, porque sofreram isso na pele. Muitos cidadãos sofreram isso na pele.

Iam a uma unidade de saúde de ilha, a um centro de saúde, era-lhe prescrito um exame complementar de diagnóstico. Não tinham dinheiro para ir à privada, iam ao hospital e este dizia que não podia fazer exames vindos do centro de saúde.

Este Governo acabou com essa injustiça!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Isso, sim, é reforço do Serviço Regional de Saúde.

Um cidadão que vá a um centro de saúde, precisa de um meio complementar de diagnóstico e terapêutica, agora, a partir da decisão deste Governo, pode ir ao hospital e aí, por si, pelos seus meios ou através de convenção, tem uma resposta.

É isso que está aqui escrito. E é esta revolução que estamos a fazer no Serviço Regional de Saúde, em benefício do cidadão.

Isso é que é importante que fique claro e que o Sr. Deputado perceba.

No que diz respeito às vagas autorizadas, vão ser contratados. E sobre esta matéria, gostaria de fazer aqui uma referência ao Sr. Deputado.

Sabe quantos profissionais de saúde, desde 25 de novembro até 31 agosto, este Governo Regional já contratou e autorizou contratar? 622.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Em menos de um ano, este Governo Regional já contratou e autorizou contratar para o SRS 622 profissionais de saúde.

São 253 assistentes operacionais. 110 assistentes técnicos. 98 enfermeiros. 2 informáticos. 84 médicos. 36 técnicos superiores. 34 técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica. 5 farmacêuticos. Num total de 622.

É esta a resposta às dúvidas que o Sr. Deputado aqui levantou. Obviamente que alguns desses procedimentos, nalgumas unidades de saúde de ilha, no caso de S. Miguel em particular, tendo em conta que é um processo que, neste momento, um dos concorrentes recorreu legitimamente, tendo em conta tudo isso, está a acautelar-se a situação, para que o processo decorra sem qualquer tipo de recurso que apresse e aligeire todo o procedimento.

Gostaria, também, já que falou aqui em profissionais, de fazer referência àquilo que este Governo Regional fez: Regularização das Carreiras dos Profissionais de Saúde. Algo, pelo qual os profissionais de saúde reivindicavam há mais de 10 anos. E este Governo, em plena pandemia, com o esgotamento de recursos que temos tido em termos humanos e financeiros, conseguiu, em acordo cooperante, sério, transparente e solidário, resolver este problema. São 15 milhões de euros que, para enfermeiros, abrange cerca de 750 enfermeiros (12.1 milhões de euros) e que este ano irão receber já 3.5 milhões de euros.

Isto, sim, é discutir o Serviço Regional de Saúde.

Técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, são cerca de 236 profissionais abrangidos no valor de 850 mil euros e que também vão ver a sua carreira resolvida.

Os farmacêuticos verão a sua carreira resolvida: são cerca de 100 mil euros.

O que é que temos aqui em causa?

Temos aqui em causa a resolução de problemas de profissionais do Serviço Regional de Saúde.

Isto, sim, é discutir o Serviço Regional de Saúde. Não é lançar suspeição, intriga e ataque pessoal!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Relativamente às carreiras médicas, devo anunciar aqui que este Governo Regional está a enviar para as entidades representativas dos médicos – sindicatos e ordens – um novo regime jurídico de incentivos à fixação com incentivos não pecuniários.

Era um compromisso que também já está a ser cumprido.

Estamos, também, já em relação com as entidades representativas, a regular o trabalho suplementar dos médicos, para que sejam os médicos da Região a prestar um trabalho suplementar, dando resposta à sua preocupação das prestações de serviço dos que não conhecem nem se relacionam com o sistema, também estamos já neste momento a tratar desse assunto.

O que estamos aqui a fazer é a resolver problemas efetivos do Serviço Regional de Saúde.

Só para percebermos também ao nível do Serviço Regional de Saúde, algo que os senhores parece que esquecem.

A intervenção do Sr. Deputado foi centrada apenas, e mesquinhamente, no Hospital do Divino Espírito Santo. Como se o Serviço Regional de Saúde fosse só o Hospital do Divino Espírito Santo e o ataque que fez!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: O Serviço Regional de Saúde são unidades de saúde em 9 ilhas!

E sobre essa matéria, gostaria só de dar uma indicação, para sua informação e para evitar este tipo de desvios.

Ao nível daqueles que estão mais desfavorecidos, dos mais vulneráveis, nas ilhas sem hospital, que ficam tempos e tempos à espera duma consulta de especialista.

Sabe quantas consultas de especialista, no 1º semestre de 2021, foram feitas nas ilhas sem hospital?

Vou-lhe dizer: 6255. Em plena pandemia.

Em 2020, também em plena pandemia, sabe quantas consultas de especialistas foram realizadas nas ilhas sem hospital?

Metade: 3246.

Em 2019, sem pandemia, sabe quantas consultas foram realizadas nas várias ilhas sem hospital?

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Nenhumas porque não havia transporte inter-ilhas!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: 5089. Menos 1166 do que se realizadas este ano em plena pandemia!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Isto, sim, é responder ao Serviço Regional de Saúde!

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Aprenda a ler!

O Orador: E para concluir, Sr. Presidente, vou dar exemplos concretos que respondem a isto.

Por exemplo, no Pico, a 1ª ilha, em termos de proximidade relativamente àquela onde estamos, que não tem hospital.

No Pico (isto são quadros grandes), em 2021, foram realizadas 2319 consultas por especialistas que lá se deslocaram. Em 2020, também em pandemia, foram realizadas 1114. E em 2019, sem pandemia, foram realizadas apenas 1960 (para 2319!).

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Umas porque não havia transporte!

O Orador: É esta a resposta efetiva na vida das pessoas e que reforça, sim, o Serviço Regional de Saúde!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Para finalizar, na Ilha Graciosa, uma ilha que teve uma resposta política significativa ainda no passado domingo.

Deputada Ana Luís *(PS):* Essa é que é uma postura a ter num debate?!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Incomoda!

O Orador: A resposta é também por causa disto!

Na Ilha Graciosa…

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: Posso continuar Sr. Presidente?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, permitam que o Sr. Secretário Regional continue a sua intervenção…

Deputado José Ávila *(PS):* Quantas eleições o senhor ganhou?

O Orador: Algumas, algumas, algumas.

Deputado José Ávila *(PS):* Eu não me lembro de nenhuma.

O Orador: Presidente da Assembleia Municipal 2 vezes, Presidente da Assembleia de Freguesia… várias.

Em 2021, no 1º semestre, foram realizadas na Graciosa consultas por especialistas, 1406. O ano passado, foram 446, menos mil. E em 2019, sem pandemia, apenas 577 (para 1406).

Com estes números, estamos a demonstrar o que é que é discutir o Serviço Regional de Saúde. Resposta ao utente independentemente da ilha onde viva. Resposta ao utente com consultas, cirurgias, com respostas adequadas, contratação de profissionais, reforço à motivação dos profissionais, obras, equipamentos.

Isto, sim, é discutir o Serviço Regional de Saúde. E é esta discussão que os Açores precisam de uma forma séria, transparente e, sobretudo, construtiva.

É o que estamos a fazer com os resultados que acabámos de apresentar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado António Lima pede a palavra para?

Deputado António Lima *(BE):* Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor. Tem a palavra para uma interpelação.

Podia retirar a máscara, se fizer o favor.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Peço desculpa.

Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar à Mesa a transcrição urgente do início do debate, aquando da intervenção do Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto

porque houve um aparte vindo da bancada do Governo, nomeadamente do Sr. Vice-Presidente em que atirou um insulto …

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Coitadinho!

O Orador: … dizendo que eu era mentiroso e eu gostaria que esse aparte fosse registado no Diário das Sessões.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está registada a sua interpelação e eu peço aos serviços essa urgência na transcrição do Diário.

Está inscrito para o debate o Sr. Deputado José Pacheco, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* É igual ao que o senhor mandou ontem ao Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tenha vergonha!

(*) **Deputado José Pacheco** *(Chega):* Posso?

Presidente: Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco** *(Chega):* Bom dia.

Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Por falar em saúde, de uma forma rápida, simples e concisa: o que é que aconteceu às tais máscaras que vieram com defeito para os Açores? Quanto é que custaram? Eu quando compro uma coisa com defeito tenho direito a ser reembolsado e quero saber se a Região foi reembolsada das máscaras com defeito?

O arraial da SATA de ir buscar máscaras à China deixo para os amigos das atividades festivas do passado, as tais vozes do além. Sr. Secretário, a minha pergunta é esta, quero saber onde é que andam as máscaras, quanto é que custaram e se já fomos reembolsados das máscaras com defeito?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** *(Independente):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não obstante as explicações do Sr. Secretário da Saúde, devo dizer que quem anda lá fora e que fala com o público continua preocupado e muito preocupado com a lista de espera para as pequenas cirurgias, a lista de espera para uma consulta de especialidade, a lista de espera para uma simples consulta no centro de saúde.

Os números que o Sr. Secretário aqui nos trouxe são bonitos e animadores nalguns casos, especialmente no caso da Graciosa onde o crescimento das consultas foi exponencial, é certo, mas há outras realidades que também os seus números mostram que ao ritmo que se aumentou o número de consultas na Região este ano, para repor as listas de espera em função dos números de 2020, ou seja, atendendo à quase paralisação dos serviços de saúde em 2020, obriga a que levemos quatro anos para conseguirmos repor esses números de 2020. Eu percebo que médicos não se fazem por decreto, nem todos os outros funcionários de saúde. Percebo também que os recursos públicos, mesmo que sendo alocados à saúde, têm limites, mas o que é certo é que também tem limites a paciência daqueles que estão doentes e que esperam e desesperam por uma consulta e para verem resolvidos os seus problemas de saúde, que infelizmente a economia açoriana não permite que essas mesmas pessoas hoje se desloquem a unidades de saúde privadas e paguem através dos seus seguros ou do seu dinheiro essas consultas.

É certo Sr. Secretário que temos pela frente um grande problema de saúde, as pessoas desesperam, como eu já disse aqui atrás, e é bom que a informação seja clara inequívoca e que a esperança que seja dada a essas pessoas que se traduza, nem que seja, Sr. Secretário, pelo bom funcionamento de um simples telefone

porque, Sr. Secretário, as queixas são mais do que muitas, os telefones dos centros de saúde tocam e tocam e tocam e não são atendidos. Muitas vezes as respostas que chegam dos centros de saúde é ligando a casa das pessoas a dizer que a consulta foi, uma vez mais, adiada por não sei quantos meses mais. Isso é degradante numa sociedade pequena como a nossa, numa sociedade que tende cada vez estar envelhecida e que precisa de cuidados de saúde públicos, que como eu disse atrás, não podem ser prestados de forma privada porque os açorianos não têm recursos próprios para o fim.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Desde que saiu do Chega está melhor!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes** *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, só para começar: falando em ataques pessoais, eu pergunto se isto é da sua autoria?

(O Orador mostra à câmara uma imagem)

O Orador: Sr. Secretário pedia a sua atenção.

Sr. Secretário não olha, eu depois posso-lhe entregar em mão, se quiser. Diz aqui: "Secretário da Saúde dos Açores responsabiliza ex diretor regional por morte em lar". Portanto, ataques pessoais, Sr. Secretário, perdeu uma boa oportunidade para se remeter ao silêncio.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Muito bem!

Continuando, assume o Governo Regional dos Açores que com o mesmo, começa o novo ciclo de governação, mais próximo das pessoas, mais transparente nos procedimentos, mais rigoroso na decisão, mais humilde na atitude democrática.

Entre outros objetivos para a administração pública, este Governo assumiu concretizar a construção de uma função pública, imparcial e de qualidade, respeitadora do mérito e da capacidade.

Não obstante afirmou este Governo que a bem da confiança da administração pública, é essencial que se distingam os cargos de confiança política, dos cargos de carácter técnico, sendo que o recrutamento e progressão na carreira, para quem ocupa cargos administrativos, devem assentar em critérios os objetivos de qualificação e de mérito e no que concerne ao setor da saúde, este Governo definiu como prioridade instituir a meritocracia, tratando de forma diferente, quem de forma diferente trabalha, implementando uma cultura de meritocracia, recompensando a produção, a diferenciação e o mérito. Como já foi dito, nos primeiros dias deste ano, o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto anunciou que iria realizar uma avaliação aos conselhos de administração dos hospitais e centros de saúde e passados poucos dias após esse anúncio, informou que queria perceber qual o contributo que cada um pode dar numa perspetiva de lealdade, confiança política que garanta o que é propósito deste Governo Regional, dar uma resposta eficaz ao problema que os açorianos estão a viver, ao nível da saúde.

Sem ser conhecida a avaliação que o Sr. Secretário fez, e em pleno combate à pandemia, nomeadamente na ilha de São Miguel, o Sr., Secretário Regional da Saúde e Desporto apressou-se no início deste ano a nomear um novo conselho de administração para o hospital do Divino Espirito Santo de Ponta Delgada,

passado pouco tempo de exercício de funções, um dos elementos desse conselho de administração deixou o cargo, deixou o cargo porque sem razoes objetivas contra a competência técnica e idoneidade profissional que uma diretora de serviços do hospital de Ponta Delgada, a presidente do conselho de administração propôs a destituição da referida diretora, apenas e só, porque havia sido nomeada pelo anterior conselho de administração.

No final de fevereiro o delegado de saúde concelhio da Ribeira Grande, coincidentemente após ter manifestado em conjunto com as forças vivas do concelho a sua concordância com o levantamento da cerca sanitária de Rabo de Peixe, em contraposição com a decisão do Secretário Regional da Saúde e Desporto, demitiu-se, ao que parece, alegando motivos pessoais.

Posteriormente, a diretora clínica do hospital de Santo Espírito da ilha Terceira demonstrou a sua indisponibilidade para continuar no cargo, alegando e cito: "falta de diálogo, de definição de estratégia, falta de apoio e de confiança por parte da Secretaria Regional da Saúde".

Já mais recentemente, assistimos à inexplicável turbulência do hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada com um suposto ataque informático, uma destituição por esclarecer do diretor do departamento de informática do HDES, a criação de uma página do Facebook por parte, única e exclusivamente, da presidente do conselho de administração, nomeação do marido da presidente do conselho de administração com interferência clara na gestão interna da instituição, reuniões do Sr. Vice-Presidente, a 5 de maio e do Sr. Deputado Paulo Estevão com o conselho de administração do HDES a 28 de julho, audiência da presidente do conselho de administração no Palácio de Sant'Ana com o Sr. Presidente do Governo a 22 de julho, queixas de um sindicato, queixas de uma ordem dos médicos.

Tudo isto, Sr. Secretário, sem ser, no entanto, conhecida qualquer intervenção da sua parte, nem uma visita, nem uma reunião, nada.

O que se passa no HDES, Sr. Secretário?

Que diligências v.exa. pretende tomar para debelar a instabilidade que se verifica na maior unidade de saúde da Região e assim responder aos apelos de um sindicato, de uma ordem dos médicos, bem como dos médicos que exercem naquela instituição?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** *(Clélio Meneses):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito rápida, tentando responder às perguntas que foram até agora colocadas:

No que diz respeito à questão das máscaras foram 3.150.000€ pagos adiantados. Uma forma que o governo anterior é que o fez, este governo não o faria desta forma, pagou adiantado 3.150.000€ para máscaras que vinham com defeito e que estão armazenadas sem qualquer tipo de préstimo. Decorre neste momento uma ação inspetiva que está em fase final para ser concluída a responsabilidade relativamente a esse processo.

No que diz respeito às listas de espera, que é um dos grandes dramas do Serviço Regional de Saúde, este sim é um problema do SRS que deve ser debatido, é um problema que herdamos, é um problema que afeta muitos açorianos, alguns deles durante anos e está a ser feito um esforço imenso para corrigir este problema. Como bem disse, não é um problema que se resolva de um dia para o outro, mas é um problema que está a ser resolvido.

Só para dar uma nota, entre janeiro e julho deste ano, no HDES, foram realizadas 170 mil consultas em consulta externa e cerca de 4850 cirurgias, o que representa um aumento relativamente a período homólogo do ano passado de 24.36% e de 53.4%, isto é, há aumento de produção, estamos a corrigir com as dificuldades que este tempo tem, que é o tempo de pandemia.
No Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira também há um total, de janeiro a julho de 2020 foram realizadas 1202 cirurgias de especialidade, 1202! E no mesmo período, de janeiro a julho de 2021 foram realizadas 2591. Há mais 1389 cirurgias em período homólogo em anos antes de pandemia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Estes é que são resultados, é muito importante discutir serviço regional de saúde, ao contrário de outros que vem para aqui …
Deputado Nuno Barata *(IL):* É muito importante saber quais são! Essa é que é a diferença!
O Orador: …independentemente daquilo que está aqui a ser discutido e um partido com a responsabilidade do Partido Socialista, que foi Governo durante 24 anos não teve qualquer intervenção, qualquer contributo, qualquer palavra sobre aquilo que é verdadeiramente importante, serviço regional de saúde, as pessoas, utentes, as respostas, foi só ataque *ad hominem*, foi ao HDES, foi ao diretor clínico, foi só falar de casos pessoais.
Já percebemos que a sua política é a política dos casos pessoais, a política deste Governo é a política das pessoas, é a política de resolver o problema dos açorianos e de ultrapassar as dificuldades que herdámos, mas sobretudo de potenciar as capacidades que esta Região tem.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Sobre a questão das listas de espera, só para dar aqui uma nota. No Cirurge temos 3.3 milhões de euros previstos de Cirurge, 1622 contratadas. Já estão realizadas, 835, por exemplo de oftalmologia, só no Hospital da Horta, já realizou 83% dessas cirurgias. Estamos a falar, mais uma vez, de resultados.

Quanto àquela questão que o sr. referiu, das mortes… só para esclarecer, de uma vez por todas, que este ruído não venha sempre à baila e assumindo frontalmente aquilo que foi dito, no âmbito de uma audição em Comissão o Sr. Deputado Tiago Lopes fez um ataque ao Secretário da Saúde …

Deputada Ana Luís *(PS):* Fez uma pergunta. Não foi um ataque! O senhor é que não gosta de ser confrontado!

O Orador: …relativamente a uma morte em Rabo de Peixe, o que é que tinha sido feito sobre uma morte em Rabo de Peixe? O sr. colocou uma questão direta responsabilizando o Secretário da Saúde sobre a morte em Rabo de Peixe.

A resposta foi: quem tem responsabilidade perante mortes no Lar do Nordeste e tenho. Sabe porque é que tenho? Foi o sr., enquanto diretor regional, que disse textualmente - corre pelas redes sociais e nalguma comunicação social - não se justificava o investimento. Quem disse que não se justificava o investimento foi o sr., então diretor regional e agora deputado. Se eu é que disse que não se justificava o investimento das pessoas que vieram a falecer no Lar do Nordeste? Isto diz tudo, penso que não vale a pena haver mais discussão sobre esta questão porque todos já percebemos o que é que está aqui em causa. As suas responsabilidades foram as que teve, com muitas dificuldades, percebo bem as imensas dificuldades que teve, os inúmeros problemas que teve para resolver aquilo que era dificilmente resolúvel. Percebo isso tudo! Mas, as responsabilidades cada um tem que assumir as suas. Da minha parte, assumo as

minhas e sobre todas essas questões pessoais, eu não vou perder tempo a discutir questões pessoais, vou ocupar todo o meu tempo a encontrar soluções e a pô-las em prática, como este Governo está a pôr.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.
Para uma interpelação tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís. Faça favor, Sra. Deputada.
(*) **Deputada Ana Luís** *(PS):* Obrigada, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários Regionais:
Eu gostaria de informar a Mesa e a Câmara que vou fazer chegar à Mesa o relatório da Comissão dos Assuntos Sociais a que o Sr. Secretário acabou de aludir para que fique claro que a uma pergunta concreta, efetivamente sobre a questão do falecimento e respetiva celebração do funeral, a uma pergunta concreta que lhe foi feita pelo Sr. Deputado Tiago Lopes, a resposta do Sr. Secretário Regional é a habitual.
Essa sim, um ataque pessoal, responsabilizando por dezasseis mortes, inclusivamente de onze no Lar da Santa Casa da Misericórdia do Nordeste, portanto, vou fazer chegar à Mesa esse relatório para que, de uma vez por todas, fique claro que a uma pergunta o Sr. Secretário responde com uma acusação.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.
Assim que rececionarmos tal relatório, será distribuído.

Tem a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves** *(PAN):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde e Desposto eu não vou aqui fazer ataques, acho que não vale a pena começar já a atacar e não conseguimos ter as respostas concretas.

Eu tinha algumas perguntas, essas já foram respondidas pelo Sr. Secretário, por isso não o vou fazer e do qual nós temos essa informação da parte do SIGICA, pelo menos já temos os relatórios mensais, que é algo de muito bom, que antes nós não tínhamos.

Mas falar sobre a dívida, a dívida era escandalosa do nosso sistema hospitalar, obviamente por várias razões e não vou estar a elencar aqui, mas foi dito várias vezes pelo Sr. Presidente, antes do orçamento de 2021 e sei que já foi pago, pelo menos, alguma dívida a alguns fornecedores, mas nomeadamente eu gostaria, se o sr. Secretário tivesse esses números e se pudesse adiantar, para nós é bastante importante, se tem algum plano de reestruturamento relativamente à dívida a fornecedores do nosso sistema hospitalar e, se porventura, está a dar também esse ónus ao conselho de administração dos três hospitais, se esse orçamento vai ser aumentado para pagar a dívida do passado ou se temos outro plano, um plano que neste caso seja regional e não dividido pelos seus hospitais e nomeadamente eu falo de fornecedores que também é algo que sai caro aos açorianos e falo da SATA. A SATA nós temos uma dívida da SATA, mas temos o sistema hospitalar a dever dinheiro à SATA. Se existe algum plano ou se estamos a dividir dívidas entre esses fornecedores que são para nós importantes?

Não vou falar talvez da Atlânticoline que também temos, a Força Aérea, neste momento talvez não importa agora, mas acho que a SATA e tendo em conta a

dívida que nós temos, se existe algum plano para que paguemos a dívida do sistema hospitalar à SATA.

Obrigado.

Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro):* Dívidas há muitas!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata** *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu não sei se devo fazer uma interpelação, se hei-de fazer uma intervenção porque o teor das interpelações que eu tenho ouvido nessa Casa da última vez, parecem mais intervenções. Se calhar, eu faço uma interpelação e assim não gasto o meu tempo. Não se a sua latitude permite essa forma de contornar o Regimento, mas se calhar é tempo de nós pormos termo a isso. Mas é só um alerta.

Essa foi uma interpelação, agora começo a minha intervenção.

Sr. Secretário Regional os números são aqueles que nos apraz dizer pela boca fora e o papel aceita quase tudo. Eu percebo a ideia de passar que foram feitas mais cirurgias agora do quem em 2020, do que em 2019, do que em 2018, mas não é o número das cirurgias que nos importa, o que nos importa é a qualidade das cirurgias que foram feitas e isso é que eu gostava que o Sr. Secretário nos esclarecesse, porque quistos sebáceos e amígdalas não são cirurgias urgentes e essas são fáceis de fazer e agente arranja dois ou três cirurgiões com 60 anos de idade que vêm de um hospital qualquer, onde já não sabem fazer as outras coisas que são precisas serem feitas, para virem cá resolver esses problemas. Reduz-se os números, ou melhor, aumenta-se os números das cirurgias feitas ou reduz-se os números das listas de espera, mas não naquelas coisas que de facto é preciso fazer e isto eu até posso estar redondamente enganando, mas gostava que o Sr. Secretário esclarecesse a esta Câmara que tipo de cirurgias foram

essas que fizeram aumentar os números das intervenções efetuadas. E também percebo o cavalgar de algum desenvolvimento harmonioso, realmente os Açores não são São Miguel, ou o HDES e o resto? Mas o que é facto é que é preciso olharmos para o HDES porque os Açores também são São Miguel e também são o HDES, onde vive 50% da população, fora aqueles que o HDES serve fora da ilha de São Miguel.

Portanto, esse discurso também já vem aqui recorrentemente de que é preciso acudir noutros lugares, - é preciso, é um facto, o sr. tem toda a razão -, mas é preciso não esquecer o que ficou para trás e, portanto, eram esses esclarecimentos que eu gostava que o Sr. Secretário nos desse, nomeadamente no que concerne às cirurgias porque, de facto, fazer cirurgias rápidas, baratas, é fácil. É fácil, é só contratar fora dois médicos e isso está resolvido. Tirar quistos sebáceos e amígdalas é a coisa mais fácil desse mundo, é feito quase às dezenas por hora. O resto é que é mais difícil de fazer e o resto está por fazer, Sr. Secretário, a não ser que o sr. me demonstre aqui nesta Câmara que não está.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** *(CDS-PP):* Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Primeiramente, e nesta nossa primeira intervenção do Grupo Parlamentar do CDS, dizer que nos parece completamente redutor reduzir uma interpelação sobre o Sistema Regional de Saúde ao hospital HDES e a verdade é que, e percebendo aquilo que o Sr., Deputado Nuno Barata disse, de também termos de olhar para o HDES - é verdade -, mas temos de olhar, sem dúvida, para todo um Sistema Regional de Saúde que abranja todas as nossa ilhas e que abrange também as ilhas sem hospital e quando o Sr. Secretário nos transmite os números de consultas de médicos de especialistas nas ilhas sem hospital, é com

agrado que vemos esta evolução dos números porque a verdade é que nas ilhas sem hospital muitas vezes nos deparamos com situações muito difíceis, quando estamos à espera que venha o helicóptero para uma evacuação, quando é preciso fazer um exame e não temos os recursos para o fazer e, como tal, é preciso sempre um olhar cuidado também para essas ilhas e existir este equilíbrio entre todos, quer os hospitais, quer os centros de saúde e os centros de saúde nas ilhas sem hospital.

Parece-nos que reduzir esta interpelação aos conselhos de administração, ao conselho de administração do HDES, parece-nos que não é esse o caminho, não é isso que os açorianos esperam quando vamos falar sobre Sistema Regional de Saúde porque a verdade, e foram já várias as vezes que enumeraram situações que ocorreram nos conselhos de administração, sempre existiram divergências nos conselhos de administração, sempre existiram pessoas a sair dos conselhos de administração, por motivos profissionais/pessoais, isso sempre existiu e agora parece que agora é que começou isto a acontecer na Região porque nunca antes acontecia, isso não é verdade! E que agora é que há uma grande suspeição sobre tudo e, portanto, o que nos interessa e o que nos parece que é importante é, sem dúvida, o que é que tem sido mudado para melhorar a vida dos açorianos? É isto que tem de ser o debate, é este que tem de ser o nosso foco nesta interpelação.

E depois dizer, relativamente à questão das consultas dos médicos especialistas, efetivamente existiu aqui uma grande melhoria. É claro que todos sabemos, efetivamente na questão das cirurgias, que o caminho não está resolvido, que o ponto de partida é difícil, mas tem sido dado passos, no nosso entender, muito importantes. Desde o aumento do número das consultas, desde também da valorização das carreiras dos profissionais de saúde, porque temos de ter profissionais de saúde motivados no seu local de trabalho para querer desempenhar as suas funções e esse trabalho tem sido feito por este Governo.

Tem sido feito também o trabalho de tentar melhorar os equipamentos, as infraestruturas. Agora tivemos a boa notícia da abertura da unidade de radioterapia na ilha Terceira, que vai ser muito importante. Falo por exemplo no caso de pacientes, da realidade que conheço mais de perto, da ilha de São Jorge, que muitas vezes tem uma maior relação de proximidade com a ilha Terceira e tinham de ir para São Miguel fazer os tratamentos e como tal tem sido o ecógrafo também no centro de oncologia dos Açores e têm sido dados estes passos, que sem dúvida, estão a melhorar o Sistema Regional de Saúde e é preciso também dizê-lo.

Claro que há um longo caminho para fazer para permitir que todos os açorianos tenham boas respostas do nosso Sistema Regional de Saúde.

Também dizer, e quando falo de infraestruturas, e as questões que queria colocar ao Sr. Secretário são:

Primeiramente referente à obra do Centro de Saúde das Velas, como o Sr. Secretário sabe, e não é a primeira vez que digo nesta Casa, é uma situação urgente. Aquela infraestrutura tem muito más condições, mais um inverno se aproxima, claro que é um processo muito complexo, mas gostava de saber, Sr. Secretário, qual é o ponto de situação dessa empreitada porque realmente é uma situação que nos aflige a todos e que é muito urgente que seja resolvida.

Também perguntar, e uma vez que nos estamos também a aproximar da época gripal, numa época ainda complexa, também queria perguntar-lhe, Sr. Secretário, que medidas é que têm sido tomadas para enfrentarmos esta altura do ano em que as gripes já por hora, antes da pandemia, já era um período difícil e agora, claro, mais agravado com a situação da pandemia.

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começa por dizer, de forma breve, que o Bloco de Esquerda é um Partido da oposição, quer o Governo goste, quer não goste, e o Bloco de Esquerda anteriormente, nas anteriores Legislaturas, também era um Partido da oposição e aí o PSD - o Partido que o Sr. Secretário faz parte, até gostava que fosse da oposição do Bloco de Esquerda, agora, estão no Governo não gostam, mas tenho um conselho: habituem-se porque será muito mais fácil lidar com isso!

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Não, o CDS não gostava nem antes, nem depois. O CDS não gosta!

O Orador: Sr. Secretário é curioso que tenha recuado até 2013 para encontrar um diretor clínico com acumulação.

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Diretor clínico de 2013!

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Mas há mais!

O Orador: O Bloco de Esquerda só denuncia aquilo que conhece. Mas tenha em atenção …

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Não, não, emprenha pelos ouvidos!

O Orador: … o estatuto dos hospitais públicos epe que citei, curiosamente, é de 2015, por isso, Sr. Secretário, não vale a pena vir aqui com nuvens de fumo porque …

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Nem permitia! Agora é que permite!

O Orador: … tem uma coisa a explicar, porque nós quando perguntamos, quando tivemos conhecimento dessa acumulação …

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* A lei é antes. Não é o estatuto é a lei!

O Orador: … ilegal, e não se trata aqui de ataques *ad homini*, coisa nenhuma, é do cumprimento da lei e este Parlamento tem a responsabilidade de fiscalizar o Governo e a administração pública e é isso que está a fazer, sejam pessoas, sejam instituições…

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* O senhor gosta mais de pessoas!

O Orador: … e o Bloco de Esquerda faz isso mesmo porque quando o Bloco de Esquerda perguntou ao Governo se conhecia essa acumulação pretendeu esclarecer a situação. O que é que o Governo fez? Nem fizemos nota de imprensa com isso, nem nada. O que é que o Governo respondeu? Respondeu que conhecia e que o Secretário da Saúde, que está ali à minha frente, tinha autorizado e perguntámos também o que é que, à luz da legislação, como justificava essa acumulação? Na primeira pergunta diz o Sr. Secretário que foi o Sr. Secretário que autorizou. Na segunda pergunta diz que foi o Diretor Regional da Saúde, com base num parecer jurídico. Vai-se ler o parecer jurídico anexo e o parecer jurídico está assinado pelo próprio diretor clínico, imagine-se! Mas estamos aqui a brincar? Os srs. estão a brincar com o Parlamento? É que isto parece uma brincadeira! Mas é uma brincadeira de muito mau gosto! E Sr. Secretário, aconselho a explicar esta trapalhada porque nós vamos levá-la até às últimas consequências!

Sobre também as demissões e a instabilidade, eu digo e repito: se tivesse sido pela instabilidade que o anterior conselho de administração tivesse sido

demitido, este não teria durado um mês porque os problemas surgiram, ou seja, a demissão e a nomeação nada tiveram a ver com a instabilidade e é preciso dizer a verdade e ser claros.

Agora, preocupa-nos efetivamente que haja essa instabilidade, que não é boa, haja problemas que são públicos, que tenham existido problemas informáticos e o sr. não se dignou a falar e a explicar o que é que se passava no hospital quando nada funcionava, quando absolutamente nada funcionava no hospital, pondo em risco a vida das pessoas e o Governo esteve mudo e calado aquele tempo todo.

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* O senhor queria que o informático continuasse!

O Orador: Foram demitidas pessoas! Vamos esclarecer essa situação na Comissão de Assuntos Sociais e não vou fazer conclusões sobre os motivos da demissão, havemos de esclarecer. Agora, acham normal? Uma comissão de serviço tem um prazo para ser terminada, como bem sabe o Sr. Presidente do Governo e há uma comissão de serviço terminada no imediato e a pessoa é expulsa das instalações sem culpa formada, sem inquérito? Em que país é que nós vivemos?

Pelos vistos as práticas deste Governo estão muito longe das práticas de um estado de direito e depois há questões absolutamente lamentáveis - não está aqui o Sr. Deputado José Pacheco do CHEGA, mas gostaria que estivesse – porque como é que se explica que uma presidente do conselho de administração nomeia o marido para vários cargos? Eu gostaria de perceber isso! E depois vêm dizer, em resposta ao Bloco de Esquerda, que afinal ele até nem recebe, trabalha de graça! Mas então, quem responsabiliza essa pessoa, se ele não tem vínculo ao hospital, como é que é responsabilizado pelos seus atos? Em que terra é que nós vivemos? Onde é que está a legalidade? Com que legalidade é que são feitas essas nomeações? O código do procedimento administrativo não

as permite, é uma incompatibilidade clara e questiona-se quem é que manda no hospital de Ponta Delgada, porque este mesmo senhor, médico, disse numa entrevista, logo após este Governo ter nomeado o novo conselho de administração, que os diretores nomeados - que são cargos, segundo ele, de confiança política, para o Bloco de Esquerda não deviam ser – deviam-se todos demitir. A verdade é que foram logo alguns demitidos e, se calhar, quem manda não é o conselho de administração.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* E na República o Bloco de Esquerda já demitiu os diretores?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, faça favor.

(*) Deputado Pedro do Nascimento Cabral *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar cumpre fazer um elogio, mas um verdadeiro elogio, à forma como esta Secretaria Regional da Saúde e este XIII Governo Regional têm artilhado, digamos assim, a sua atuação na área da saúde.

Em primeiro lugar, é preciso não esquecer o terrível legado que este Governo recebeu do anterior Governo, em termos de saúde. Listas de espera catastróficas, listas de meios de diagnósticos terríveis, consultas por fazer, situações de ilhas sem hospital com pouquíssimos recursos médicos e o que este Governo fez, em plena pandemia de Covid-19, era dando um conjunto de circunstâncias que limitavam gravemente a sua atuação, conseguiu colocar os Açores num elogio tremendo pelo Vice-Almirante Gouveia e Melo, no que diz respeito à vacinação, ou seja, este Governo teve de fazer um plano de atuação em várias frentes. Não só no âmbito da COVID-19, que foi o que todos nós sabemos, alavancou um conjunto enorme de médicos, um conjunto enorme de enfermeiros, um conjunto enorme de técnicos de saúde, alavancou para esta

situação em concreto e, mesmo assim, teve de acudir as outras situações emergentes, seja em cirurgias, seja em consultas médicas, seja no apoio da saúde aos centros de saúde mais afastados de Ponta Delgada e das outras ilhas dos Açores. E o que este Governo fez é meritório e estamos a falar de um Governo, Sras. e Srs. Deputados, que tem dez meses! E o que os srs. estão aqui a atirar à cara de um Governo que tem apenas dez meses de vida, é como se fosse a mesma coisa como se tivesse 24 anos de liderança dos destinos da saúde na saúde, o que é absolutamente inconsequente., absolutamente criticável …

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: …absolutamente injusto e demagógico! Mas então, um Governo Regional que ao fim de 24 anos de governação do Partido Socialista entra em funções, não tem o direito de mudar um conselho de administração? Não tem a possibilidade de contratar alguém da sua confiança técnica?

Deputado Carlos Silva *(PS):* Técnica?! A anterior não era técnica!

O Orador: Não tem o direito de ter uma atitude que evidencie uma estratégia, no caso concreto na área da saúde? Se há uma estratégia diferente, porque foi aquela criticada várias vezes enquanto a coligação governativa eram partidos de oposição aqui neste Parlamento, então não têm o direito de uma vez assumirem o poder nesta matéria? De delinearem outro tipo de atuação? De adaptarem o conselho de administração às suas prioridades políticas? Era o que faltava! E parece que o srs. ficaram muito incomodados pelo facto deste Governo Regional ter mudado um conselho de administração, ter introduzido novas mudanças, ter que encarar uma realidade diferente que foi com a construção e a inauguração de um hospital privado, pela primeira vez, na ilha de São Miguel. Portanto, tudo isto são realidades diferentes que este Governo teve de encarar e

encarou! E, como disse ali e muito bem, o Sr. Secretário, não há nenhuma decisão feita à margem da legalidade. O Sr. Secretário evidenciou e informou este Plenário que tudo o que foi determinado tem fundamento jurídico-legal e se, de facto, este fundamento jurídico-legal merecerá ou deverá ser sindicado, pois haverá de ser sindicado num sítio próprio, nos tribunais, se assim for necessário.

Mas, tudo isto, Sr. Secretário, para cumprimentar v.exa. pelo excelente trabalho que está a fazer à frente da Secretaria Regional da Saúde, sobretudo no que diz respeito às listas de espera das cirurgias e permita-me discordar do que aqui já foi dito, uma cirurgia é uma cirurgia.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Isso é porque o senhor não está à espera!

O Orador: Quem tem filhos à espera para fazer uma retirada de adenoides, uma retirada de amígdalas, vendo o filho sofrer e sei do que é que estou a falar, **e sei do que é que estou a falar** …

Deputado Nuno Barata *(IL):* Eu também sei do que está a falar! O senhor se fosse pobre sabia!

O Orador: …também tem o direito de ser e entrar e se preocupar com uma lista de espera. Sr. Deputado não sabe do que é que fala, não sabe do que é que fala, Sr. Deputado. Qualquer pai, qualquer mãe que tem um filho para uma retirada de adenoides, que não consegue dormir durante a noite, que faz apneia do sono, tem o direito de ser atendido pelo Serviço Regional de Saúde.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Nuno Barata *(IL):* Esse é o caminho certo! O caminho da mentira!

O Orador: Pois, é sim sr. E da mesma maneira, quem tem um sofrimento de saúde também tem o direito de entrar e de receber um tratamento de excelência,

que é o que tem sido feito por este Serviço Regional de Saúde que nós temos e nos orgulhamos.
E nesta medida, Sr. Secretário Regional da Saúde, a pergunta que faço é precisamente o seguinte: saber qual é a taxa concreta que nesses últimos dez meses, que este é um Governo que só tem dez meses, nós conseguimos recuperar das cirurgias na Região Autónoma dos Açores?
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra….

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados…
Sras. e Srs. Deputados regressamos às 11h45.

Eram 11 horas e 17 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados peço que reocupem os vossos lugares para darmos seguimento aos nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 52 minutos.

Está inscrito, e a quem dou a palavra, o Sr. Deputado Tiago Lopes. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Tiago Lopes** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário antes que, daqui a pouco, se vitimize com a falta de tempo para responder, chamo a atenção de v.exa. que já despendeu vinte minutos do seu tempo sem responder a questões que lhe foram colocadas.

Constato, no entanto, que o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral segue as pisadas de v.exa., é assumida invariavelmente uma postura e posição política do género bipolar, um pouco em jeito maníaco-depressivo.

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* O Sr. Presidente permite isto? Que nível!

O Orador: Num momento fazem coisas incríveis, …

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Sr. Presidente, um protesto!

O Orador: … como daí a pouco se vitimizam dizendo que não tiveram tempo para concretizar o planeado e o prometido.

Ou seja, aquilo que o Governo anterior deixou preparado – como outra coisa não seria de esperar de modo a concretizar compromissos…

(Pausa)

O Orador: Posso continuar?

Presidente: Sr. Deputado Tiago Lopes pode continuar usando uma linguagem adequada ao Parlamento. Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Eu volto a repetir, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Eu referi-me a uma postura e posição política do género bipolar, sem qualquer tipo de qualificação individual ou ataque pessoal, como às vezes é feito por parte de alguns elementos.

Continuando, num momento fazem coisas incríveis, como daí a pouco se vitimizam dizendo que não tiveram tempo para concretizar o planeado e o prometido, ou seja, aquilo que o Governo anterior deixou preparado, como outra coisa não seria de esperar de modo a concretizar compromissos assumidos, v.exa. concluí e embandeira em arco. Aquilo que pode ser chamado a si como obra sua, v. exas. desculpam-se dizendo que não tiveram tempo.

Sr. Secretário pese embora o que afirmou a realidade é esta: o sr. e este Governo nomeiam com base na confiança política, em detrimento da competência técnica, contrariando o assumido no Programa do Governo.

Recordo que foi este Governo que iria instituir a meritocracia, tratando de forma diferente, quem de forma diferente trabalha. Efetivamente este Governo, no seu caso em particular, Sr. Secretário, tratam de forma diferente, quem de forma diferente trabalha, engordam o maior Governo da história da autonomia e engordam as instituições dele dependentes, desprezando a meritocracia e valorizando a partidocracia. Essa é que é a verdade!

Mas há mais, Sr. Secretário, no Programa do Governo assumiu v.exa. desenvolver um plano estratégico plurianual que contemple, de forma integrada, os objetivos a atingir pelas diferentes unidades de saúde, com o objetivo de potenciar ganhos e reduzir ineficiências. Onde está esse plano, Sr. Secretário? Onde está o plano de recuperação da atividade assistencial na área da saúde?

Recorde-se que esta Assembleia aprovou a 26 de março uma resolução que recomenda ao Governo Regional a elaboração de um plano de recuperação da atividade assistencial na área da saúde. A referida resolução, publicada a 21 de abril, pressupunha a elaboração de um relatório da atividade assistencial, alvo de adiamento em 2020 e em 2021 devido a Covid-19, bem como à apresentação de um plano de recuperação da referida atividade assistencial. Para tal, foi estipulado um prazo de três e quatro meses respetivamente, para a remessa e apresentação dos referidos documentos a esta Assembleia. Atendendo a que

esses prazos já foram largamente ultrapassados, quando pensa, v.exa. responder a esta Assembleia e apresentar o referido relatório da atividade assistencial adiado e o consequente plano de recuperação?

Mas aprofundemos a discussão sobre o funcionamento do Serviço Regional de Saíde. Recordo que foi este Governo que assumiu que é, não apenas desejável, como possível, governar melhor os Açores. Portanto, a questão que se coloca é: porque é que não o fazem? A verdade é que v.exa. fala, fala, fala, fala, fala, fala …

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Sr. Presidente, e é isto!

O Orador: … as pessoas não o percebem e fazer algo que é bom, nada!

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* é sempre eu, eu, eu! Isso é obsessão!

O Orador: V.Exa. estava mais interessada em disputar a liderança do PSD da ilha Terceira com um colega seu do Governo, ao invés de combater a pandemia e em planear a retoma da atividade assistencial.

Saia do gabinete, Sr. Secretário, vá falar com os médicos do hospital do Divino Espírito Santo, não ignore os problemas e as pessoas, como vergonhosamente fez com o grupo de manifestantes à porta do Palácio, onde v.exa. deu uma conferência de imprensa e entrou vergonhosamente pela porta lateral.

É necessário um plano, Sr. Secretário e nesse sentido lhe pergunto: considerando que a pandemia provocada pela Covid-19 induziu um agravamento na demora da realização de juntas médicas e considerando a necessidade de recuperação da atividade das juntas médicas, qual o seu plano para a recuperação das juntas médicas?

Sr. Secretário, a planificação e saúde é fundamental, como v.exa. deveria saber, na sequência do lançamento do novo ciclo de empreendimento de 2021/2030, em outubro de 2019 iniciaram-se os trabalhos de elaboração do plano nacional e

regional de saúde 2021/2030. Contudo, com o período pandémico, em 2020, esses trabalhos foram suspensos a nível regional e nacional. No entanto, ao passo que ao nível da República são conhecidos desenvolvimentos, ao nível da Região nada sabemos e estamos atualmente sem plano regional de saúde. Nesse sentido lhe pergunto: porque, ao contrário da República, não houve desenvolvimentos no que concerne ao plano regional de saúde? Que orientações v.exa. deu às unidades de saúde e aos profissionais de saúde, quando e como, atendendo a que a Região, neste momento não possui um plano regional de saúde?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto pede a palavra para?

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** *(Clélio Meneses):* Um protesto.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Secretário Regional, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** *(Clélio Meneses):* A justificação decorre exatamente das declarações do Sr. Deputado Tiago Lopes ainda agora nesta Assembleia.

Percebo que, pela falta de argumentos, se parta para o ataque pessoal, conforme permanentemente faz o Sr. Deputado Tiago Lopes. É uma atitude permanentemente direcionada ao Secretário Regional da Saúde.

Eu não vou argumentar sobre as razões que o levarão a isso, mas a verdade é que que permanentemente, nesta Casa, não há uma vez que o sr. não se levante que não seja para atacar o Secretário da Saúde.

Utilizar termos, Sr., Presidente, como maníaco-depressivo, bipolar na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, são termos absolutamente inadmissíveis e que merecem um protesto veemente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Eu sou um homem sério, eu sou um homem que estou aqui a exercer as minhas funções, sou pai de família e estar aqui permanentemente sobre este ataque direto, pessoal, com termos que reproduzem exatamente o autor dos mesmos, é inadmissível e merece o meu protesto veemente.

O Partido Socialista e o Sr. Deputado já deveriam ter percebido que este registo não é o registo certo. Ainda domingo passado se percebeu, um dos autores dos maiores ataques feitos ao Secretário da Saúde e que todos os sábados, houve quem contasse dez sábados seguidos, que era Clélio Meneses, Clélio Meneses, ataque, teve a resposta no passado domingo com uma derrota eleitoral. Os açorianos não querem isso, querem respostas e as respostas que estamos a dar com resultados positivos na vida das pessoas, isso é que o incomoda, incomoda algum PS, percebo que algum PS também já está incomodado com isso. Mas isso é que o incomoda e que o leva a cair para aquilo que é politicamente inadmissível, mas, Sr. Deputado, humanamente desprezível.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Isto é o quê? O protesto?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Tiago Lopes, querendo, para um contraprotesto, dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado Tiago Lopes** *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Volto a referir aquilo que acabei de transmitir há pouco, eu referi-me precisamente àquilo que é a atitude política …

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Não, não! Mesmo que fosse isso!

O Orador: … não, não, Sr. Presidente eu peço então que se faça a transcrição das minhas declarações e que sejam entregues, especialmente ali ao Sr. Secretário Regional da Saúde, para que perceba que isto não é nenhum ataque pessoal.

O sr. interioriza tudo como se fosse a maior vítima deste mundo. Não tem nada a ver com isso, Sr. Secretário! Tenha humildade democrática, saiba ouvir! O sr. interpreta tudo como ataques pessoais, o sr. não tem nenhuma atitude democrática que seja humilde, o sr. não ouve, nem sequer ouve os médicos do HDES …

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* O senhor só faz ataques pessoais!

O Orador: … saia do gabinete, Sr. Secretário e vá ouvir os médicos do HDES, por favor.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral pede a palavra para?

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral** *(PSD):* Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado. Dispõe de três minutos.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Nas declarações que …

Presidente: Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral…

Sr. Deputado Carlos Silva, o Presidente da Mesa quando acha que precisa de justificar o protesto, solicita-o. Neste caso, ele foi objetivo!

(Aplausos)

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Peço desculpa por o ter interrompido.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral** *(PSD):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

A razão de ser deste protesto, penso que a justificação está feita, prende-se naturalmente com a objetividade das declarações que o Sr. Deputado Tiago Lopes aqui proferiu, referindo-se ao Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto e a mim próprio como uma atitude maníaco-depressiva e bipolar. São termos que merecem o nosso absoluto desprezo, o nosso repúdio e o nosso protesto veemente, sobretudo, vindo de quem, numa atitude de quem responsável pela autoridade regional de saúde em 20 de novembro de 2020, não se coibiu de virar as costas aos açorianos, …

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* E isto é o quê?

O Orador: … não se coibiu de virar as costas ao Serviço Regional de Saúde e abandonou as funções que desempenhava.

(Aplausos)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto, tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes** *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, e Sr. Secretário Regional da Saúde, em particular, e Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral:

Eu vou voltar a repetir *ipsis verbis* e volto a pedir a transcrição daquilo que eu referi há pouco: "é assumida invariavelmente uma postura e posição política do

género bipolar, um pouco em género maníaco-depressivo." Nem é um ataque pessoal, é a postura e posição política.

Agora, ainda concretizando e na sequência das declarações do Sr. deputado Pedro do Nascimento Cabral que invariavelmente também tem sempre o mesmo discurso, reportando-se a questões do passado, deixe-me dizer-lhe que, relativamente àquilo que referiu, da saída do cargo de Diretor Regional da Saúde e de Autoridade de Saúde Regional, importa, relativamente ao proferido pelo Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, esclarecer, recordando o seguinte: foi o Sr. Presidente do Governo Regional que a 20 de novembro de 2020, à saída de uma audiência com o Representante da República, onde entregou um documento com a composição do XIII Governo Regional dos Açores, que afirmou publicamente e passo a citar, …

Deputada Ana Luís *(PS):* Está a responder à acusação que lhe foi feita!

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* A senhora sabe isso bem!

O Orador: … "quanto ao combate à pandemia Covid-19 disse que o executivo vai nomear, para já, o Diretor Regional da Saúde como responsável máximo da Autoridade da Saúde Regional" e continuando a citar: "na primeira reunião do Conselho de Governo, além da nomeação do Diretor Regional da Saúde com o responsável máximo da Autoridade de Saúde Regional, o executivo regional vai também nomear uma equipa de coordenador regional para a saúde publica com profissionais na matéria" – José Manuel Bolieiro, a quatro dias de tomar posse como Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro):* E sairia depois disso!

O Orador: Portanto, saí porque fui publicamente demitido por v.exa. quatro dias antes de tomar posse como Presidente do Governo Regional.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata** *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, lamento ter de o informar que uma cirurgia não é uma cirurgia. Há de facto cirurgias mais importantes do que outras; há de facto cirurgias que melhoram a qualidade de vida dos cidadãos mais do que outras; há de facto cirurgias que criam problemas às pessoas quando se atrasam mais do que outras e eu percebo eu o sr. tenha sofrido com o problema dos adenoides de um dos seus descendentes, mas há muitas famílias açorianas que sofrem com listas de espera na oftalmologia, por exemplo, em cataratas, que é muito mais grave que as amígdalas, quistos sebáceos e os adenoides. Há muitas famílias açorianas que continuam a sofrer, por exemplo, a ortopedia com próteses do joelho e anca, com anos e anos de lista de espera. Há muitas famílias açorianas, por exemplo, na cirurgia geral, a aguardar intervenções ao nível de hérnias.

Aliás, a esse respeito da cirurgia geral eu devo dizer que nada foi feito para melhorar as listas de espera, nada! E até, estranho que, tendo o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, pedido a palavra duas vezes depois da minha intervenção, tenha sido o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral numa intervenção absolutamente inusitada que me tenha respondido, em vez de me responderem com dados concretos à pergunta bastante concreta que eu fiz e, portanto, fica aqui o registo de que o Governo não respondeu à minha pergunta e a resposta veio de forma enviesada, populista, demagógica e que em nada esclareceu, nem a Câmara, nem quem está lá em casa a ouvir-nos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Pinto** *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Acabámos de ouvir, mais uma vez, o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal criticar a atuação dos profissionais do Serviço Regional de Saúde, que abnegadamente estão trabalhando e empenhando-se…

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: …, dentro das condições que estão tendo, para melhorar a produtividade do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Isto é que merece um protesto!

O Orador: E, portanto, o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal critica a atuação do Serviço Regional de Saúde por reduzir listas de espera, critica a atuação dos médicos cirurgiões que se empenham na redução dessas listas de espera e, portanto, sabemos que temos um Partido nos Açores que é contra a redução das listas de espera, ou, pelo menos sente-se incomodado.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem!

O Orador: E, pegando no seu exemplo, da sua primeira intervenção, então uma cirurgia aos adenoides, não é cirurgia! E a cirurgia às amígdalas também não é cirurgia! Ou então, temos cirurgias de primeira e cirurgias de segunda! Para a Iniciativa Liberal temos doentes de primeira e doentes de segunda. Porque se um doente é encaminhado para cirurgia é porque foi avaliado por um médico especialista que considerou que a resolução daquela patologia é através de uma cirurgia e, portanto, isto de escalonar as cirurgias, que umas são mais importantes do que as outras, é uma falácia.

Deputado Nuno Barata *(IL):* Não pode dizer isso!

O Orador: É uma falácia porque do ponto de vista clínico e médico isso não existe, Sr. Deputado. Do ponto de vista político fica muito bem dizer aquilo que o sr. disse, mas do ponto de vista médico, um caso é um caso e cada caso é diferente de todos os outros e, portanto, escalonar umas, como sendo mais prioritárias do que outras, é falso!

E, portanto, ficamos a saber que temos nos Açores temos um partido que acha que há pessoas que não merecem ser operadas porque acha que há outras que são mais prioritárias. É uma vergonha, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E então? Quem estava à espera de uma cirurgia para adenoides também não estava à espera de uma cirurgia?

Deputado Vasco Cordeiro *(PS):* É o grau zero!

O Orador: Não estava na lista de espera? Incomoda-o que estejam a ser reduzidos os números das listas de espera, Sr. Deputado? É legítima a sua posição, agora o sr. não pode é criticar o Governo por estar empenhado a fazer o seu trabalho e aquilo que é expectável e aquilo a que se comprometeu, que é melhorar os índices de saúde na Região e, muito menos, pode criticar os profissionais de saúde que nada têm a ver com este Governo, nem com qualquer Governo, são profissionais ao serviço dos açorianos, não os pode criticar pelo trabalho que eles fazem e não os pode criticar por serem competentes. Portanto, o sr. criticou os médicos mais idosos, o sr. disse que vinham por aí abaixo médicos que eram incapazes de fazer cirurgias nos hospitais lá fora e, portanto, vinham para aqui tirar amígdalas!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado Nuno Barata *(IL):* É verdade!
O Orador: Ó, Sr. Deputado, há medida que o sr. envelhece, mais depressa o sr. perde faculdades para intervir neste Plenário, do que um médico para fazer uma cirurgia!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Sr. Deputado Nuno Barata, o sr. pede a palavra para?
Deputado Nuno Barata *(IL):* Um protesto!
Presidente: Um protesto a?
Sr. Deputado é que eu não consegui ouvir, os Srs. Deputados do Partido Socialista não deixaram que eu ouvisse.
Sr. Deputado, faça favor de justificar…

(Inaudível)

Muito bem, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão. Faça favor.
(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:
Eu gostava de começar a minha intervenção por dizer ao Sr. Deputado Tiago Lopes que ao longo da minha presença de muitos anos neste Parlamento cometi excessos, muitas vezes. Mas há uma coisa que é essencial para um parlamentar,

e é isso que eu lhe quero transmitir, é reconhecer quando erramos ou quando a utilização de algumas expressões é inapropriada para o local em que estamos.
Eu considero que a expressão que utilizou é inapropriada para um debate parlamentar e que não deve ser utilizada. Mas o que é grave é que v.exa. não tenha reconhecido posteriormente, diz que a utilizou e considera que é normal …

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Para ele é normal!

O Orador: … e considera que fez algo absolutamente normal. Isso é que é grave, ou seja, há excessos no debate, cometem-se excessos, todos cometem, eu já os cometi também, mas o que é grave na sua atitude e na sua postura é que não reconheça que isso que disse é efetivamente um excesso e é inapropriado para o Parlamento dos Açores

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: O que o sr. disse, tenho aqui a reprodução, foi isto, constato, no entanto, que o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral segue as pisadas de v.exa. porque está a fulanizar a expressão que utilizou em relação ao Sr. Secretário da Saúde, em relação ao Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral e depois diz: "é assumida invariavelmente uma postura e posição do género bipolar, um pouco em jeito de maníaco-depressivo".
Acha que isto é aceitável, no âmbito do debate parlamentar, numa postura civilizada e de respeito pelos outros deputados? Acha que isto é aceitável?
Não é! Não é aceitável. Era isto que eu lhe queria dizer.

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* E o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e Sra. Deputada Ana Luís? O que acham disto? É o nível do PS!

Deputada Ana Luís *(PS):* Foi chamado atenção e nunca o reconheceu!

O Orador: Está a Sra. Deputada Ana Luís a assinalar: "bom, o sr. também já fez". Já fiz, acabei de o reconhecer no início da minha intervenção que eu próprio cometi excessos, todos os cometem, mas o que é fundamental e o que é importante neste debate é que alguém, depois de ter pronunciado esta expressão e de querer atingir duas pessoas em concreto, considere que agiu bem e ainda apor cima tenha o aplauso da bancada do Partido Socialista em relação a esta posição.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Devo dizer, o PPM preparou-se para este debate para uma situação que é esta, ou seja, nós estamos a preparar o pós-covid, porque a Região Autónoma dos Açores triunfou. Triunfou com um percurso político em que todos deram o seu contributo, o anterior Governo e este Governo e o triunfo dos Açores nesta matéria e os resultados que foram alcançados só beneficiaram a população dos Açores. Eu considero que é muito importante que se faça justiça a todos, a todos os profissionais, a toda a população que permitiu que o combate tenha sido um êxito. Nós todos gostaríamos que tivesses ido ainda mais eficaz e que tivesse existido ainda menos sofrimento e que os Açores tivessem sido mais eficazes. Isso é algo que nós gostaríamos, como muitas outras sociedades, mas a verdade é que comparando os números, nós os profissionais, aqueles que se empenharam, aqueles que tiveram responsabilidades alcançaram resultados aceitáveis, resultados que podem ser comparados com os melhores índices

internacionais. Por isso, eu considero que é importante agora, que estamos a ultrapassar esta fase, pensar o futuro.

E pensar o futuro, e era para isso que eu vinha preparado no âmbito deste debate, é privilegiar o Sistema Regional de Saúde, dar-lhe o financiamento adequado, proporcionar-lhe uma renovação dos equipamentos, proporcionar-lhe também uma efetiva projeção de recursos humanos, ou seja, um esforço significativo que é preciso para o dotar dos recursos humanos que este sistema precisa.

Do ponto de vista político o que é necessário também é que os diversos partidos políticos também possam aqui avalizar esta posição que tem de ser a do futuro para os Açores, de avalizar a proteção do Sistema Regional de Saúde. É fundamental que se faça o investimento e é fundamental que todos os profissionais, as nossas unidades de saúde, os nossos hospitais possam perceber que aqui no Parlamento dos Açores existe uma valorização do seu desempenho e é isto que este Governo Regional quer fazer, é isto que este Governo Regional, nas intervenções que o Sr. Secretário fez e também naquilo que tem sido a sua atuação, tem vindo a demonstrar que é isso que se está a fazer. Ou seja, defender o nosso Sistema Regional de Saúde, dotá-lo dos equipamentos, das infraestruturas e dos profissionais que ele necessita para responder de forma mais eficaz às necessidades da população dos Açores.

Quero também referenciar que temos um novo paradigma na Região, uma situação nova - temos um hospital privado. Há muita gente que está preocupada, e pensei que o Bloco também trouxesse este assunto, porque este também que tem contornos ideológicos, eu acredito, mesmo numa situação destas, são necessários especiais cuidados para garantir que o Sistema Regional de Saúde vai continuar a funcionar com eficácia e que não há perda de recursos para o hospital privado e, para isso, têm de existir regras, para isso tem de existir vontade política e é este o combate que tem de ser feito.

Ou seja, no fundo no âmbito deste debate o que é que era necessário? Era necessário dar aqui uma projeção de futuro e o futuro é apostar fortemente no setor da saúde, é necessário também pagar as dívidas que o Sistema Regional de Saúde tem e o Governo tem vindo a fazer isso de forma muito eficaz porque é um sistema cuja eficácia, pois com dívidas dos hospitais, com a falta de investimento que foi feita ao longo dos últimos anos, pois é evidente que o sistema não pode funcionar de forma eficaz. É isso que tem vindo a ser feito e essa é que tem de ser a grande prioridade, este é o grande debate que aqui tem de ser feito. Mas o debate que foi feito pelo Bloco e pelo Partido Socialista, perdoem-me a apreciação que é especificamente política, é um debate de "casosinhos", é um debate de conflitualidade. Em vez de ser um debate de "vamos congregar-nos, vamos juntar esforços, vamos trazer ideias, vamos trazer linhas de apoio político para que as coisas funcionem melhor", o Bloco de Esquerda o que traz aqui é divisão, o ataque pessoal, a fulanização… não vi aqui, da parte de v.exa. uma única ideia, uma que fosse, uma preocupação em relação à saúde das pessoas e da defesa dos interesses da população, nada!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado António Lima *(BE):* Está a ouvir mal!

O Orador: O que o sr. traz aqui são casos, perseguição a pessoa x, um médico, o administrador, é isto que o preocupa, é uma caça às bruxas.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem!

O Orador: É uma fulanização completa do debate e a mim o que me interessa é que o Sistema Regional de Saúde se possa projetar para o futuro oferecendo cada vez melhores cuidados de saúde.

É isso que está a ser feito e é isso que irá ser feito no futuro!

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* O senhor há de falar daquilo que sabe! Não há de falar de interesses!

Deputado António Lima *(BE):* Que interesses?

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Por exemplo, esse senhor que o senhor defende!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata** *(IL):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente Srs. Membros do Governo:

Só para refutar as acusações do Sr. Deputado Pedro Pinto, que vindo de um médico, me criaram alguma perplexidade.

Na verdade, existem de facto cirurgias de primeira e cirurgias de segunda. A terminologia até pode não ser essa, foi a terminologia que ele usou, não foi a terminologia que eu usei. A terminologia que eu usei é que há cirurgias mais urgentes do que outras e há e é por isso que existe um sistema integrado, foi o que eu disse, não foi o que ele disse.

O que eu disse é que havia cirurgias mais urgentes do que outras, não foi o que ele disse. Ele é que disse que eram de primeira e de segunda eu não usei essa terminologia, Sr. Vice-Presidente. E há, de facto, sistemas de avaliação de urgência, ou não, de cirurgias. Foi isso que eu perguntei ao Sr. Secretário e não foi isso que me responderam. O que me responderam foi outra vez e aqui devolvo a acusação do Sr. Deputado Paulo Estevão, o que me responderam foi com manobras de dilação para não responderem àquilo que eu perguntei, que foi uma pergunta, parece-me que lógica, legítima e legítima tanto quanto a minha função aqui. Eu posso estar velho, não estou tão velho é como os srs. julgam que eu estou! E estou aqui, velho, e estarei enquanto o povo dos Açores assim o entender! Não é quando os srs. o entenderem, eu não me vou embora quando os srs. entenderem. Eu vou embora quando o povo dos Açores entender

que eu não devo estar aqui. Quando o povo dos Açores votar diferente daquilo que votou em outubro passado e que, por acaso, até permitiu que os srs. estivessem sentados onde estão e que, por acaso, foi o mesmo povo que permitiu que os srs. estivessem sentados onde estão!

E, portanto, eu posso estar velho, mas não estou velho o suficiente para me esquecer do que se passou há um ano, há quatro anos, há oito anos, há 12 anos e há 45 anos nesta Região Autónoma. Todos os que estão aqui estão com a mesma legitimidade democrática, os que foram eleitos diretamente, os que chegaram aos lugares porque outros saíram, os que chegaram aos lugares porque outros não quiseram cá estar… não interessa! Estamos todos com a mesma legitimidade democrática e todos temos a mesma idade física, que é a idade da legitimidade democrática.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, Sr. Deputado Pedro Pinto, eu posso estar velho, mas não o suficiente para que "rapazinhos" que chegam à política …

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Tenha paciência!

O Orador: … da forma que alguns chegam, me venham fazer ataques pessoais.

O sistema integrado de gestão de listas de inscritos para cirurgias é algo que está implementado no país e na Região e que define prioridades nessas cirurgias e foi isso que eu falei. Foi esse o esclarecimento que pedi! E ainda não tive a resposta à pergunta que deixei à Câmara e ao Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* O senhor disse que os médicos que já não operam no continente vêm para o Açores. Tomara eu que muitos de 60 anos viessem para os Açores!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Rui Martins** *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente. Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Eu vou começar a minha intervenção indo aquilo que foi o início deste debate e, no fundo, com a apresentação feita pelo Bloco de esquerda que disse que este Governo no fundo era uma "sucessão de trapalhadas", no que concerne a saúde.

A única coisa que tenho de dizer e por onde tenho que começar (é incontornável) é que "trapalhada" é aquilo que o Bloco de Esquerda veio aqui fazer com as suspeições que tentou levantar e "trapalhada" é aquilo que os srs. têm feito relativamente a este Governo, em questões de saúde, desde o início deste ano, com a maneira como colocam as questões e como defendem interesses particulares, em vez de defenderem o interesse de todos os açorianos, que é isso que se tem verificado na postura do Bloco de Esquerda.

E digo-lhe mais, o que eu estranho, e estranho muito, é que o Bloco de Esquerda não se tenha preocupado nunca, nunca tenha perguntado como é que estava o movimento assistencial.

Deputado António Lima *(BE):* Perguntámos, sim senhor!

O Orador: Isso nunca foi uma preocupação do Bloco de Esquerda, nunca se preocupou com a saúde dos açorianos, não fez caso dos números públicos, dos números que mostram o aumento das cirurgias e o aumento das consultas porque os srs. quando fizeram a conferência de imprensa foi para atacar o conselho de administração do HDES lançando suspeições sobre o serviço que era prestado por este hospital e fazendo, ao contrário daquilo que é o bloqueio ideológico que têm contra a prestação de serviços de saúde privados, estão a fazer o maior serviço que se fez até agora ao Hospital Internacional dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Isso é o que o Bloco de Esquerda está a fazer! Sim, porque lançar suspeitas sobre a produtividade do HDES, o que está a fazer é dizer às pessoas

que não podem recorrer ao Serviço Regional de Saúde, devem sim recorrer ao privado.

E depois, e vou continuar com as suspeições porque falou na questão do otorrino, há coisas que são incontornáveis…esta administração e após esta administração conseguiram-se manter os números assistenciais, garantiu-se a segurança, a segurança dos doentes nunca esteve em causa, mesmo após o ataque informático. E a questão do ataque informático é importante porque até para o funcionamento do hospital é preciso não esquecer que, por exemplo, os dados do laboratório regrediram ao tempo em que tudo era transmitido em papel. Porquê? Porque não havia um sistema informático. E o que eu lhe pergunto é, se o chefe do serviço de informática era funcionário público?

Deputado António Lima *(BE):* O Sr. Secretário é que tem de responder! O governo tem de responder!

O Orador: Ele era funcionário público, o chefe do serviço de informática? Eu pergunto ao Sr. Secretário, …, mas o sr. é que veio aqui defender e dizer que ele tinha sido irresponsavelmente demitido e isso é inadmissível… Eu gostava de saber se ele é funcionário público. E se não é, em que regime é que ele lá estava e porquê? Era isso que o sr. devia ter perguntado ao Sr. Secretário. Não era dizer que não devia ter sido demitido o responsável por não ter salvaguardado a segurança informática da dimensão do HDES. Esse é que é o facto!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Depois, relativamente ao Deputado Nuno Barata, obviamente que todas as suas questões são legítimas e não sou eu que vou responder às questões.

Há efetivamente na Região e no país listas de espera, cirurgias urgentes e das outras cirurgias. Mas, também não é verdade, Sr. Deputado, que tenham sido contratualizadas equipas de cirurgiões menores…

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem! Ouça!

O Orador: … ou seja, que por algum motivo sejam incapazes, ou porque são muito novos e inexperientes ou porque são velhos e possam já não ter as mesmas competências. A realidade é que as equipas que foram contratadas são diretores de serviço de outros hospitais e que vieram cá efetivamente diminuir o sofrimento dos utentes açorianos e isso é importante salvaguardar.

A questão que o sr. coloca eu julgo que é pertinente, mas falhou um bocadinho o foco, porque o que importa aqui, a nível de cirurgias, é sempre o tempo de bloco. Não é se a cirurgia é mais ou menos complexa. Obviamente que se é mais ou menos complexa também terá a ver com o tempo de bloco, mas os tempos utilizados, numa cirurgia mais complexa, por exemplo numa prótese, há próteses que são muito especificas têm de ser encomendadas, às vezes falta material (e podia perguntar ao anterior Diretor Regional de Saúde, que se calhar também o poderia informar). A quantidade de cirurgias que são adiadas muitas vezes em cima da hora porque o material não chegou. O que é que se faz? Não se ocupa esse tempo de bloco operatório? Tem que se ocupar! E obviamente que ao diminuirmos o sofrimento dos açorianos, independentemente da cirurgia ser urgente ou não ser urgente, é importante acabar com as listas de espera. O que é inadmissível é que, por exemplo, no otorrino, no HDES, haja uma lista de espera de mais de 3000 casos e alguns há mais de cinco anos, isso é inadmissível!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E posso-lhe dizer que a equipa externa que veio porque o chefe de otorrino disse que não tinha pessoas para fazer prevenção e foram contratadas pessoas para vir colmatar a prevenção, mas como estavam cá e fizeram ao mesmo custo que os outros que estavam cá, em três tempos adicionais de bloco fizeram a mesma produção que a equipa que estava cá num mês inteiro e isso é importante, Sr. Deputado. Não contesto a legitimidade das suas perguntas, mas a realidade é esta, é necessário combater listas de espera.

Gostaria também de dizer ao Deputado Tiago Lopes. que diz que o Partido Socialista deixou tudo preparado. O que pergunto ao Sr. Secretário que possa eventualmente responder ao Deputado Tiago Lopes que diz que deixou tudo preparado. Eu perguntava, o pagamento das dívidas a fornecedores ficou preparado? Perguntava-lhe, a contabilização justa do tempo de serviço dos técnicos superiores de diagnostico e terapêutica estava preparada?

A contabilização justa e equitativa para os contratos individuais de trabalho estava preparada? Não estava, Sr. Deputado!

Por isso, termino dizendo como comecei, que a única coisa que o Bloco de Esquerda veio aqui fazer foi defender e reitero, defender interesses particulares, em vez de defender os interesses dos açorianos e que demonstra, no fundo, que está a fazer é um serviço de marketing ao Hospital Internacional dos Açores, mesmo a contragosto, eventualmente, mas é o que está a fazer e o que está a fazer é prejudicar o Serviço Regional de Saúde porque não liga e não se interessa com as questões verdadeiramente relevantes que é o combate a listas de espera, …

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem!

O Orador: … o aumento do número de consultas, e aumento de consultas de especialidade nas zonas mais periféricas, com os ganhos que também isso traz para o Serviço Regional de Saúde porque não são os doentes que passam a vida a circular entre ilhas e temos especialistas a ir onde são necessários.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Informo que o CDS esgotou o seu tempo para este debate e tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor, Sr. Deputado.
(*) **Deputado José Pacheco** *(Chega):* Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Obrigado Sr. Deputado António Lima por me deixar falar.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:
Aqui temos tido uma discussão sobre a saúde, os profissionais de saúde, os meios de saúde, e muito bem, as listas de espera e muito bem. Aqui levantaria a questão também do depois e já que se falou de idosos, não vou falar dos deputados idosos, …
Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Amanhã é o Dia do Idoso!
O Orador: ... amanhã é o dia do idoso? Então eu vou-me antecipar, Sr. Vice-Presidente! Vamos embora! São estes que normalmente mais precisam do serviço de saúde, são estes que sofrem com as pensões miseráveis de vergonha que eles têm. São eles que vão à farmácia e não conseguem pagar os medicamentos.
E a pergunta é simples: o que é que nós podemos fazer? O que é que o Governo Regional pode fazer? O que é que o Governo Regional irá fazer para combater esta falha grave que é, nós vamos ao médico, (nós os idosos, não sou eu) receitam-nos um medicamento e nós não o podemos comprar?
Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Nos Açores isso já é melhor!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho mais uma vez, também na ausência de respostas do Governo, para começar por dizer que é curiosa a postura dos partidos da coligação nesta interpelação porque esqueceram-se da figura regimental que nós estamos a utilizar. É uma interpelação ao Governo, não ao Parlamento, por isso os srs. têm ali um Governo para fazer perguntas, mas como provavelmente sabem tudo e estão esclarecidos de tudo, querem fazer perguntas aos partidos da oposição.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* O senhor não veio fazer perguntas, veio fazer acusações!

O Orador: Vamos às respostas, Sr. Deputado Rui Martins, o sr. diz que o Bloco de Esquerda não se preocupa com a atividade assistencial, mas eu recordo que o Bloco de Esquerda em 21 de junho de 2021 entregou um requerimento a perguntar ao Governo a atividade médica e cirúrgica dos hospitais, a pedir esses dados dos hospitais dos últimos três anos, incluindo o primeiro trimestre de 2021. Sabe qual foi a resposta do seu Governo? Remeteu-nos para o SIGICA, ignorando parte da pergunta. A atividade médica, consultas, onde é que ela está? Zero! Não nos enviaram nem um dado e depois chega o Sr. Secretário Regional da Saúde com um lençol com os dados e começa a debitar. Assim é fácil governar, escondendo informação do Parlamento, …

Deputada Ana Luís *(PS):* Muito bem!

O Orador: … que é isso que o seu Governo faz: esconde para vir aqui depois debitar números e ficamos todos a olhar para os números e o Sr. Secretário

brilha na comunicação social, porque isso é desonesto, porque foi pedido e o seu Secretário, o seu Governo não mandou.

Deputada Ana Luís *(PS):* Há faça conferencias de imprensa sobre o hospital HDES!

Há quem faça sobre o Hospital da Horta!

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Quer falar sobre o Hospital da horta, Sra. Deputada!

O Orador: Vamos ao Hospital Internacional, Sr. Secretário!

Sabe qual foi uma das primeiras …

Sr. Presidente eu gostaria de continuar e agradecia o devido desconto no tempo.

Porque, relativamente ao Hospital Internacional, uma das primeiras reuniões que o Bloco de Esquerda fez nesta Legislatura, foi precisamente com o atual conselho de administração do hospital de Ponta Delgada e, nessa altura, nós levantámos o problema na reunião e cá fora à comunicação social, da acumulação de funções e das equipas inteiras do hospital de Ponta Delgada que foram trabalhar para o Hospital Internacional, deixando de fazer atividade no hospital de Ponta Delgada para fazer no Hospital Internacional privado.

Sabe qual foi a resposta do conselho de administração do hospital de Ponta Delgada? "Nós vamos buscar médicos ao continente, não há problema". Quem autorizou essas acumulações foi o conselho de administração, não foi o Bloco de Esquerda …

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Se houver mais médicos na Região, a Região não fica a ganhar!

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Está a correr-lhe mal!

O Orador: …por isso, não me venham com a conversa da acumulação porque quem autoriza é o Governo e é o conselho de administração, por isso, a responsabilidade é vossa e vamos ao debate que é isso que interessa, dadas as respostas às perguntas à oposição.

Relativamente aos meios complementares e diagnóstico, o Sr. Secretário na sua intervenção veio referir que a partir de agora as unidades de saúde de ilha poderiam recorrer aos hospitais. Esqueceu-se da outra parte, em que entidades privadas da saúde, com qualquer natureza, poderão recorrer aos meios complementares e diagnóstico dos hospitais, é isso que está lá escrito, Sr. Secretário. Ou seja, qualquer hospital privado, clínica, médico com clínica privada poderá requerer a utilização dos meios do serviço regional de saúde para realizar meios complementares e diagnóstico. E pior, o que esta portaria prevê é que uma pessoa, por sua livre vontade, vá ao hospital fazer um exame, vá ao hospital fazer um TAC, fazer uma ressonância…está aqui escrito, sr. secretário, artigo 7.º, leia! E o sr. tem de explicar como é que isso se vai processar. Quem puder pagar, vai ao hospital e faz os exames que entender; quem não pode pagar, vai para a lista de espera e espera anos.

É isto que os srs. querem? É quem pode pagar, não vai ao privado, vai ao público e paga. Quem não pode pagar, vai ao público e espera. É isso que esta portaria diz e é isto que os srs. estão a fazer.

Mas vamos também ao investimento e à contratação de profissionais. Perguntei dos 24 médicos de família que o sr. disse que ia contratar, abriu concurso para cinco (em agosto) e ainda não abriu nenhum, curioso porque isso foi em agosto, em setembro tivemos eleições. Foi muito fácil fazer o anúncio de 24 médicos de família para depois não contratar nenhum. Certamente que deu um "empurrãozinho" às eleições e vemos quem é que está a fazer aproveitamento político da utilização e do poder do Governo.

Mas, finalmente, Sr. Secretário, vamos ainda à suborçamentação de que não falou. Garante, o Sr. Secretário, que o orçamento da saúde vai acabar no próximo ano com a suborçamentação? É que aquilo que se vê e aquilo que se ouve, e até já foi assumido pelo Governo, é que o orçamento do próximo ano será para reduzir. Como é que fica o orçamento da saúde? Aguardo a resposta.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem inscrições.

O Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** *(Clélio Meneses):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De uma forma tendencialmente rápida, vou tentar responder às questões que são colocadas.

Sr. Deputado Pedro Neves, no que diz respeito à dívida e à questão financeira da saúde, este Governo Regional, desde que tomou posse, já pagou, de dívidas anteriores, em contencioso e pré-contencioso, 25 milhões de euros de dívida. Já estão pagos, dívidas que herdámos e estamos, nas próximas semanas, a ultimar todos os procedimentos para pagar mais 25 milhões de euros de dívidas que herdámos dos governos anteriores, em contencioso e pré-contencioso.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: É esta a resposta relativamente às dívidas.

Quanto à forma de pagar essas dívidas, o que herdámos foi as dívidas, não foi trabalho feito para conseguirmos, foi as dívidas e estamos a pagar com muito esforço.

Relativamente aos procedimentos, estamos a reunir com os conselhos de administração, já fizemos uma reunião com todos ao mesmo tempo para centralizar procedimentos e para haver uma coordenação no pagamento dessas dívidas e para haver ganhos nesta resolução, em termos financeiros, dessa forma centralizada.

Sr. Deputado Nuno Barata, não é no papel, não é resposta de papel, não é o papel que recebe tudo, é na vida real das pessoas que estamos a dar respostas.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Respostas na vida real! As listas de espera, no último trimestre do ano passado, relativamente ao momento atual, há menos 320 açorianos em listas de espera, em plena pandemia!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Só do programa Cirurge, fora toda a atividade assistencial normal, 210 cirurgias gerais, 179 cirurgias ortopédicas, cirurgias muito complexas, oftalmologia 191, cirurgia vascular 113, cirurgias oftalmológicas 195, neurocirurgia um aumento de 117%, urologia um aumento de 172%. Estou a falar de cirurgias, especialidades concretas, muito complexas e que têm aumentos significativos em apenas um ano.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Diga em que hospital é que foi? O HDES!

O Orador: Meios complementares de diagnostico e terapêutica, que o Sr. Deputado António Lima referiu, não é correto, o sistema não é nada disto, a sua interpretação não é correta da lei, o que se está a fazer agora é completamente diferente. Até agora, quem ia ao centro de saúde, não tinha dinheiro, tinha de ir para a lista de espera para a privada. Agora pode ir ao hospital e o hospital resolve. É isto que conseguimos resolver, mas meios complementares e diagnostico e terapêutica, que também estão associados, muitas vezes à cirurgia, só para terem uma ideia: em 2021 foram realizados, até agora, 2.641.874€, mais

767 mil exames do que no ano passado e mais 226 mil exames do quem em 2019.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: É essa a nossa herança e é sobretudo essa a nossa resposta!
Mas também devo dizer que sobre a questão que foi colocada sobre o centro de saúde das Velas, amanhã é adjudicada a obra do centro de saúde das Velas e vai para o Tribunal de Contas para resolve rum problema de décadas, um problema que era indigno para a resposta de saúde que as pessoas exigem. Amanhã é resolvido.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Tal como estamos a resolver o problema das Lajes do Pico, problema jurídico com processo em tribunal que também já resolvemos.
Hospital da Horta, um investimento de 4 milhões de euros.
Santa Cruz das Flores a resolver problemas que vem de anos, no valor de 216 mil euros que ninguém resolveu. Este Governo já resolveu.
Quanto à gripe: gripe sazonal, são 31.648 doses. Já há um reforço de mais mil doses e no total estamos em cerca de mais 32 mil doses de gripe sazonal, que já estão a ser aplicadas esta semana. No ano passado foram apenas 30 mil.
Quanto às questões do conselho de administração, são reuniões regulares. O sr. não sabe, nem tem que saber, não tenho que dar nota pública. São quase semanais as reuniões que são feitas com o conselho de administração.

Quanto à posição pública da Secretaria da Saúde sobre o ataque informático, por orientações do regulador nacional, foi entendido que não deveria haver declarações por uma questão de proteção de um problema com uma delicadeza, uma complexidade imensa e o Governo Regional, através da Sra. Secretária da tutela fez uma conferência de imprensa onde esclareceu todas as questões.

No que diz respeito às juntas médicas, basta ler a Resolução do Conselho de Governo n.º 208/2021, de 20 de agosto, que esclarece a questão das juntas médicas que foi aqui colocada.

Quanto a equipamentos, o que herdámos foi problemas com equipamentos. O ar condicionado da Graciosa que não funciona, são redes de águas que não funcionam, são redes elétricas que não funcionam, são infiltrações em vários centros de saúde. Foi isso que herdámos ao nível de equipamentos e que estamos a resolver numa avaliação, que neste momento, já vai para mais de 10 milhões de euros nos vários centros de saúde, que temos que resolver.

Quanto ao levantamento, está feito e será entregue no prazo que está determinado, o levantamento da atividade assistencial que o Sr. Deputado referiu. Vai ser entregue, acaba neste mês…houve, de facto dificuldades, o HDES esteve durante dois meses com toda a sua atividade condicionada, sem conseguir ter acesso ou divulgar informação, por isso vai ser.

Quanto às heranças…um exemplo, doentes ostomizados, que a nível nacional poderiam ir às farmácias para recorrer aos respetivos dispositivos. Este Governo já resolveu aquilo quem em quatro anos, os doentes dos Açores tinham que ir à farmácia buscar os dispositivos e pagar integralmente, a partir de agora com a decisão deste Governo já não pagam. Fizemos justiça, fizemos o reconhecimento daquilo que era necessário.

Por isso, e concluindo, depois de tudo o que foi aqui dito, em termos de Serviço Regional de Saúde, a resposta deste Governo são os resultados na vida das pessoas. Mais profissionais de saúde, mais incentivos, melhor motivação dos

profissionais através da regularização das respetivas carreiras, mais atos médicos, consultas, cirurgias, mais equipamentos, mais infraestruturas e melhores resultados.

É esta a nossa resposta e a nossa posição sobre Serviço Regional de Saúde, ao contrário da visão casuística, pessoal, fulanizada de ataques pessoais que são feitos.

É esta a nossa resposta e os nossos resultados.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* O bloco ainda não acabou o tempo?

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Agora também controla o tempo?

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional na sua resposta, disse muito, mas não disse nada porque sobre esta questão dos meios complementares de diagnóstico, está a tentar é fazer uma cortina de fumo sobre o que está aqui escrito. Mas, para que toda a gente perceba do que é que se trata, eu vou ler, porque ainda tenho tempo. O artigo 6.º da Portaria de meios complementares de diagnóstico diz o seguinte: "Os hospitais epe devem promover a devida articulação com entidades privadas, por forma a possibilitar a realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica aos utentes do Serviço Regional de Saúde com o aproveitamento da capacidade instalada." Ponto 2: "Para

efeitos do disposto do número anterior, as entidades privadas, independentemente da sua natureza jurídica, inclui empresas, podem solicitar realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica aos hospitais epe, nos termos do previsto no artigo seguinte". Ou seja, o hospital privado internacional pode, por exemplo, pedir uma ressonância ao hospital de Ponta Delgada …

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Não é epe!

O Orador: … e vão estar os utentes do serviço público atrás na fila. Acha isso normal?!? Pior….

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Quem é que disse que fica atrás?

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Quem fica atrás? Seja honesto!

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Isto sempre foi assim, os privados sempre puderam pedir ao SRS.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, permitam ao Sr. Deputado António Lima continuar a sua intervenção e inscrevam-se a seguir para participar no debate. É tão simples, quanto isso.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Diz o seguinte no artigo 7.º, onde se desenvolve este artigo anterior: "No caso de não ser celebrado acordo de colaboração nos termos do número anterior, o utente, por sua livre iniciativa recorra à entidade privada e tenha-se dirigido posteriormente, nesse âmbito, a entidade do SRS para realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, está sujeito ao pagamento da prestação de cuidados de saúde." Abre-se aqui um novo paradigma no SNS, que é o utente vai ao hospital, faz o exame que quer e que bem entende e paga. Mas que raio de SRS é esse que os srs. querem criar? Em que há um SRS para quem não pode pagar e outro para quem pode pagar. Quem pode pagar, dirige-

se, tira o livro de cheques e paga os exames que quer, enquanto os outros têm de ficar na lista de espera dos pobres.

É este o SRS estão a criar e querem. É este o SRS que os srs. querem criar e esse o Bloco de Esquerda não aceita.

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Mas quem paga passa à frente? Seja sério!

O Orador: Sr. Secretário, sobre a atividade adiada pela Covid e condicionada pela Covid, foi aprovada e publicada a 21 de abril uma resolução aprovada aqui por unanimidade e a proposta do Bloco de Esquerda, o projeto de resolução previa prazos mais curtos e em conversações com o Secretário nós aceitamos aumentar esses prazos e percebemos a dificuldade que poderia existir em cumprir prazos curtos, embora consideramos que a urgência da matéria exige prazos curtos.

O problema é que esta resolução previa no prazo de três meses a elaboração de um relatório de toda a atividade assistencial em saúde, consultas, cirurgias, etc., que tivesse sido adiada. Esse prazo passou e não se cumpriu.

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Está aqui. Já vou entregar!

O Orador: Segundo ponto, previa a apresentação de um calendário da recuperação, da definição de metas, da descrição das medidas a implementar, de medidas de monotorização do plano, a apresentação ao Parlamento. O Bloco de Esquerda confiou no Governo, tenho-lhe a dizer que não volta a confiar porque já mostrou, o Governo, que nem três meses, nem quatro meses foi capaz de cumprir e traiu a confiança que nós depositámos, alterando a nossa proposta.

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* O HDES esteve dois meses sem comunicar!

O Orador: Por isso, o sr. se não conseguia cumprir, tivesse, pelo menos, a decência de comunicar ao Parlamento porque é que não conseguia cumprir. Está a comunicar depois de nós denunciarmos o incumprimento, porque o sr.

não cumpriu, o seu Governo não cumpriu com aquilo que foi aprovado, que pediu para adiar e, por isso, a centralidade do Parlamento assim se vê. Papel que é aprovado por unanimidade por todos os deputados e deputadas desta Casa, não vale nada porque o sr. deixou passar o prazo, …

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Seja sério! Foi explicado!

O Orador: … não disse ao Sr. Secretário para fazer o seu trabalho e isso demonstra que, para o Governo, o Parlamento vale muito pouco.

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* O Sr. Deputado não sabe que o hospital esteve dois meses sem informação!

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Pergunte ao seu amigo!

Deputado António Lima *(BE):* Prove isso!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes** *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente falta resposta ao plano de recuperação e à questão que foi colocada ao Sr. Secretário, relativamente ao plano regional de saúde. Neste momento, os profissionais de saúde do SRS não têm qualquer orientação relativamente ao plano regional de saúde que terminou, como sabe, em 2020.

Não obstante, Sr. Secretário, o rastreio da retinopatia diabética realizado na Região, constitui-se como um programa de saúde pública exemplar, a nível nacional. Sendo a diabetes uma das principais causas, se não a maior, de perda de visão nos países desenvolvidos, o diagnóstico e o tratamento atempado da retinopatia diabética podem e devem evitar esta patologia.

Na Região Autónoma dos Açores, segundo informação publicamente transmitida, o rastreio da retinopatia diabética, de entre diabéticos elegíveis, convocados e rastreados, obteve em 2019 uma taxa de adesão superior a 60%, tornando-a, como referi, num rastreio invejável, a nível nacional.

Nesse sentido, Sr. Secretário, pergunto-lhe que diligências tomou ou tomará, com vista ao reinício deste importante programa de rastreio?

Contudo, considerando que a 4 de fevereiro v.exa. assinou um despacho que aprovou o plano de rastreio oncológico para a Região Autónoma dos Açores, atendendo a que v.exa., no referido despacho, determina que o desenvolvimento dos programas de rastreio oncológico requer e passo a citar: "respostas adequadas e atempadas em todas as suas etapas, nomeadamente nas etapas que medeiam entre a referenciação para a consulta de aferição hospitalar e a sua realização." E entre esta e o tratamento ou acompanhamento hospitalar eu pergunto-lhe Sr. Secretário:

- Reconhece v.exa. a existência de constrangimentos e problemas de desenvolvimento de programas de rastreio oncológico?
- Tendo identificado problemas ou constrangimentos no desenvolvimento desses programas que diligência v.exa. tomou ou tomará para os ultrapassar?

Como eu estava a dizer, Sr. Secretário, e há pouco coloquei-lhe a questão e não obtive resposta relativamente ao plano regional de saúde, é fundamental a continuidade da elaboração multissectorial do próximo plano regional de saúde e fundamental elaboração, apresentação e discussão de um referencial estratégico que desconhecemos até à data.

Os ganhos obtidos ao longo dos últimos anos com a implementação dos sucessivos planos regionais de saúde não podem continuar em suspenso.

Os sucessivos períodos de confinamento, restrições e medidas preventivas com vista à contenção dos efeitos da Covid-19 quebraram a rotina diária e vida das pessoas, limitaram a aprendizagem social, emocional e de crescimento integral,

nomeadamente das crianças e jovens, fazendo ecoar sinais de alarme para problemas associados, por exemplo, ao foro da saúde mental.

Foi por isso que o Grupo Parlamentar do PS apresentou um projeto de resolução que recomendará ao Governo a criação de um plano regional de apoio à promoção da saúde mental.

Recentemente a Ordem dos Psicólogos chamou à atenção para a necessidade de reforço de contratação de psicólogos para o SRS.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* O PAN já tinha feito isso e bem!

O Orador: Em julho, nesta Assembleia, o Sr. Presidente do Governo Regional transmitiu que a contratação de vinte psicólogos para o SRS se encontra em concretização.

Contudo, tal não corresponde à verdade, pois em resposta a um requerimento do grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Governo Regional dos Açores afinal veio contradizer o Sr. Presidente do Governo Regional, respondendo que a Secretaria Regional da Saúde e Desporto tem vindo, afinal, a ultimar a necessária tramitação procedimental para proceder à publicação dos avisos de abertura dos respetivos procedimentos concursais. Portanto, nem sequer se iniciou, quanto mais se concretizar. E, portanto, nesse sentido, Sr. Secretário, eu pergunto-lhe para quando o reforço de contratação de psicólogos para o SRS?

E, por último, Sr. Secretário, ao Grupo Parlamentar do PS têm chegado relatos de utentes com doenças crónicas que há meses que não são observados nem por um enfermeiro de família, nem por um médico de família.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Mais uma herança!

O Orador: Ao invés disso, são contratados telefonicamente a perguntar se estão bem e se precisam de renovar o receituário dos seus medicamentos habituais.

São renovados medicamentos para doenças crónicas sem qualquer contacto presencial, sem qualquer exame físico objetivo, realização de outros exames ou sequer avaliação de parâmetros vitais.

Por isso, pergunto-lhe, Sr. Secretário, relativamente ao número de consultas realizadas este ano e que o sr. se gabou a esta Assembleia, confirma v.exa. que os contactos telefónicos realizados por médicos e enfermeiros para fins estatísticos são considerados como consultas realizadas? Como utentes observados?

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Não é de agora! O senhor é que instituiu esse regime!

O Orador: Pese embora, não possua um plano de recuperação da atividade assistencial, como esta Assembleia recomendou, quando voltarão os utentes do SRS a ter consultas presenciais, em detrimento destes contactos telefónicos?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há pouco esqueci-me de recolocar uma questão que me parece fundamental, neste momento: Garante, Sr. Secretário, que no próximo ano a saúde deixará de ter suborçamentação? É que essa promessa tem de ser cumprida e nós vamos estar cá para cobrar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Há coisas que eu não percebo da parte da argumentação do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda e a questão é esta: V. Exa. diz que é negativo que o hospital de Ponta Delgada consiga atrair médicos do continente?

Deputado António Lima *(BE):* Mas quem é que disse isso?

O Orador: Disse o sr. O Sr. disse isso e depois vais buscar ao continente médicos! Não, vem aqui trabalhar gratuitamente! V. Exa. trabalha gratuitamente aqui? V. Exa então prescinda do seu vencimento também! Poderia dar aqui o exemplo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Os médicos vêm são pagos! Não, não são pagos!

Agora, ó Sr. Deputado, a incongruência é esta, vejo v.exa. dizer o seguinte: "é preciso fixar médicos, é preciso atrair médicos para a Região" Onde é que eles estão? Diga-me! Se não estão no continente, onde é que eles estão? Explique-me onde é que vai procurar! O Bloco de Esquerda onde é que os vais buscar, à China? Como as máscaras?

Deputado António Lima *(BE):* É só isso que tem para dizer?

O Orador: Onde é que os vai buscar? Isso é uma incongruência tremenda de v.exa.

E depois, leu v.exa. a portaria. Leu bem, mas interpretou-a mal. V. exa. leu e num determinado momento não estava lá escrito mais nada e v.exa. diz assim: "e, portanto, daqui se concluí que passam à frente dos outros". Estava lá escrito isso? Estava lá escrito que o utente dos hospitais públicos fica atrás dos outros?

Estava lá escrito isso? Volte a ler! Não está lá escrito, Sr. Deputado. Não pode tirar conclusões absurdas!

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* A questão é essa!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: A argumentação política tem de ser razoável, tem de ser racional e tem de ter uma interpretação, pelo menos, séria e honesta. V. Exa. lê uma coisa e a interpretação que faz é de um absurdo total e eram essas duas observações que eu lhe queira fazer.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves** *(PAN):* Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário regional não o vou querer maçar. Já falámos aqui que temos que fixar médicos, O PAN teve uma medida orçamental relativamente a isso, tanto a parte pecuniária, como a parte não pecuniária. Pelos vistos o Sr. Deputado Paulo Estevão disse que não há médicos e então não se pode cumprir com essa taxa de execução pedido pelo Orçamento.

Contudo, nós perguntamos: os médicos que já estão nos Açores, que não foi pago desde 2017, 2018 e 2019, relativamente à parte pecuniária da fixação do médico. Isso já foi pago pelo novo Governo ou esses médicos ainda estão à espera dessa parte pecuniária relativamente à transferência…Havia uma lei de 2015 que tinha que ser cumprida, mas não foi cumprida para vários médicos, nós falámos nisso em março ou abril neste Parlamento, e perguntar se já transferiram esse dinheiro para estes médicos para nós cumprirmos com a lei relativamente com a fixação de médicos nos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Presidente do Governo Regional, faça favor, tem a palavra. Dispõe de cerca de dois minutos.

(*) **Presidente do Governo Regional** *(José Manuel Bolieiro):* Muito obrigado, Sr. presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A figura de interpelação ao Governo é um instrumento regimental que justifica a dignificação do Parlamento e creio que um debate sobre a figura de interpelação pode e deve ser uma oportunidade para demonstrarmos a quem nos acompanha, as açorianas e os açorianos, no trabalho parlamentar e governativo com clareza de intenções e transparência de procedimentos.

Fica, pois, em nome do Governo e sob a minha expressão, a clareza para as Sras. e os Srs. Deputados e para a Região Autónoma dos Açores, de que para este Governo a saúde é uma prioridade máxima …

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem!

O Orador: … e que o SRS cumpre um dever inclinável de cumprir com a saúde e o tratamento da doença dos nossos utentes.

Não há, pois, razão para transformar um debate e uma interpelação em perguntas que querem ser mais insinuações, do que ver esclarecidas as questões.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E prevaleçam para as respostas naquilo que foi muito bem esclarecido pelo Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, em nome do

Governo, às perguntas concretas retiradas as insinuantes porque o esclarecimento que aqui foi prestado não deixa qualquer dúvida numa atuação cristalina …

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem!

O Orador: … de dez meses de governação na saúde.

Sim, ao contrário do passado, os profissionais de saúde, muitos deles, que reclamavam justiça para a dignificação da sua profissão, hoje têm, de forma muito significativa, o problema resolvido.

Um facto, não uma insinuação!

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Está tudo resolvido? Não! Mas, a verdade é que não adiamos as soluções e fomos ao encontro dos problemas com concretizações e quero, por isso, deixar, em nome deste Governo, aos profissionais de saúde, enfermeiros, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, médicos, todos os outros profissionais de saúde, que antes reclamavam e acusavam de indiferença da governação para com o seu estado profissional, viram agora, neste Governo, muitos dos problemas resolvidos. Contamos convosco, contamos com o vosso empenho e motivação para melhor servir o SRS.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Sr. Presidente, agradeço que termine.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente. Lamentavelmente, de facto, escasseia o tempo.

Os utentes, hoje, estão melhor servidos porque diminuímos as suas listas de espera.

Está tudo resolvido?

Não está, mas há um caminho e um progresso a fazer. Podem contar com este Governo para manter esta estratégia, elevando o SRS enquanto instituição pública, mas também pela via convencional, aproveitando todos os recursos de saúde instalados nos Açores para facilitar o acesso das açorianas e dos açorianos aos cuidados de saúde.

Este é o exercício cristalino de quem aqui se põe na disposição, como o Sr. Secretário da Saúde e Desporto se colocou, a esclarecer as perguntas concretas, as realizações determinadas e escusando e repudiando tudo o que é insinuação e fulanização da política.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo.

O Governo esgotou o seu tempo para este debate.

A Mesa, neste momento, não tem inscrições.

Sei que ainda há tempos, não sei se os grupos e representações parlamentares …

Sr. Deputado Tiago Lopes pretende-se inscrever?

Eu estava a pôr a hipótese de dar a palavra ao Bloco de Esquerda para encerrar o debate, mas havendo ainda inscrições, então vamos encerrar para o almoço e continuamos o debate às 15 horas.
Até logo, bom almoço.

Eram 13 horas e 03 minutos.

Presidente: Boa tarde.
Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 13 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Marco Costa substituiu a Deputada Vânia Ferreira)

Estava inscrito o Sr. Deputado Tiago Lopes a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.
(*) **Deputado Tiago Lopes** *(PS):* Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:
A criação do SRS foi uma das maiores conquistas da autonomia. Prestes a completar 41 anos o SRS teve uma evolução assinalável, nos últimos anos, com a criação de:
- uma rede de urgência e emergência;
- a criação da Linha de Saúde Açores, que se revelou fundamental no combate a esta pandemia;
- a criação de núcleos familiares compostos por técnico administrativo, enfermeiro de família e médico de família;

- a integração de médicos dentistas, nutricionistas, psicólogos e técnicos e terapeutas nas unidades de saúde de ilha, nomeadamente nas ilhas sem hospital;
- a criação de equipas de apoio domiciliário integrado;
- a criação da rede de cuidados continuados integrados;
- a criação de equipas de suporte comunitário intra-hospitalar de cuidados paliativos;
- a criação de programas de saúde pública, como o sal minuir, a promoção de uma alimentação saudável, a saúde escolar, os rastreios organizados do cancro, da retinopatia diabética;
- requalificação e reconstrução das infraestruturas das unidades de saúde de ilha e hospitalares;
- a formação de profissionais de saúde;

Verificou-se assim uma melhoria muito significativa na acessibilidade e na qualidade dos cuidados de saúde prestados. Portanto, procurar denegrir o que foi feito nos últimos anos e todo o empenho dos profissionais de saúde é negar cegamente a evolução do SRS e transformar o debate político numa rixa intelectualmente desonesta.

A saúde dos açorianos será sempre uma preocupação constante e prioritária para esta bancada. Foram colocadas questões sobre a retoma das juntas médicas, o plano de recuperação da atividade assistencial, o plano regional de saúde, a contratação de psicólogos, os utentes que esperam por uma consulta presencial médica, contudo, esta bancada não obteve respostas para as questões que foram colocadas.

Foi assumido por este Governo que, no âmbito da acessibilidade e proximidade, seriam implementadas todas as medidas que conduzissem a uma atempada prestação de cuidados de saúde a todos os açorianos.

Consultando os boletins do SIGICA, o número de utentes de lista de espera para cirurgia tem aumentado ao longo dos últimos meses, comparativamente com os

períodos homólogos. Exceção feita ao mês de agosto, em que o número de utentes em lista de espera diminuiu.

Diminuindo seria de esperar que, para tal, se tivesse operado mais, contudo, isso não se verifica. Operou-se menos 12.4% relativamente a julho, a que se associa um aumento do tempo médio de espera para uma cirurgia entre julho e agosto.

Portanto, Sr. Secretário, a questão que se colocaria precisamente era: qual a justificação para menos operados e o aumento do tempo médio de espera?

A verdade, Sr. Secretário, é que se constata um inexplicável aumento do número de cirurgias canceladas no SRS e há pouco o Sr. Deputado Rui Martins falava sobre cancelamentos, mas não fez a análise dos últimos dados e isso é que era interessante ver, mas eu vou-vos dar essa ajuda.

Só este ano foram canceladas quase 2000 cirurgias! 2000 cirurgias canceladas.

Comparativamente ao ano anterior tivemos um aumento de cancelamentos de: 33% em agosto; 24% em julho; 28% em junho; 159% em maio e 600% em abril.

Sr. Secretário, v.exa. gosta de comparar, compare agora com os anteriores governos socialistas. Verá que não encontrará igual, isto é obra sua, é o resultado das suas escolhas, atendendo à lealdade e à confiança política.

Só no HDES tivemos este ano 1096 cirurgias canceladas. No HDES, em seis meses, teve quase tantas reclamações de utentes, como no ano de 2020. Em 2020 teve um total de 197 reclamações e este ano, em seis meses, já haviam sido rececionadas 174.

Não reconhece v.exa. que é necessário intervir?

Volto a dizer, Sr. Secretário, saia do gabinete e fale com os médicos do HDES e ouça as suas preocupações e dos utentes.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção neste debate, que já não é debate, uma vez que o Governo Regional esgotou o seu tempo, apenas para reafirmar aquilo que foi e tem sido a imagem que este Governo tem passado, desde que assumiu funções, nos últimos dez meses, e esta imagem e este empenho e dedicação que este Governo Regional tem trazido ao SRS é reconhecidamente uma boa intervenção, uma intervenção que tem contribuído para reduzir as listas de espera de cirurgias, uma intervenção que tem contribuído para a redução da lista de espera dos meios de diagnóstico, uma intervenção que coadjuvou e muito bem e que foi alvo de reconhecimento público por parte do Sr. Vice Almirante Gouveia de Melo, no que diz respeito ao plano de vacinação da Covid 19 nos Açores, sem que este Governo tivesse descurado o acesso e implementação de meios de saúde fundamentais, para as localidades em que estes profissionais de saúde foram alocados para os centros de vacinação; uma atuação de um Governo Regional que resolveu a questão das carreiras que estavam por resolver há alguns anos, seja dos médicos, seja dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, seja da carreira dos enfermeiros, tudo isto feito num espaço de dez meses.

Também importa salientar que, no que diz respeito ao rastreio oncológico, houve um investimento de cerca de 175 mil euros.

Deputado António Lima *(BE):* Como é que o senhor sabe disso?

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Ouça, ouça!

O Orador: Houve também a possibilidade de haver uma recuperação, no que diz respeito aos rastreios, do que estava executado nos primeiros oito meses, de 9670, para 11 mil pessoas.

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Tentou saber ao contrário do senhor!

O Orador: Portanto, tudo isto evoca e traz um debate intelectualmente honesto, um debate transparente, um debate limpo, sem qualquer tipo de esconderijos, sem qualquer tipo de agendas escondidas, tudo isto, relativamente a situações que têm sido afirmadas e que foram devidamente afirmadas pelo Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto e que a todos nos enche de regozijo e sobretudo de esperança para que o trabalho que tem sido desenvolvido continue a encontrar as melhores opções políticas a bem do povo dos Açores, porque é isso que nos move a todos, encontrar as melhores soluções, na área da saúde, para o povo dos Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho rapidamente desta vez, tendo em conta a intervenção do Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, que tem muita informação sobre a atividade da saúde, tendo em conta que o Governo não tem tempo e não respondeu à pergunta reiterada do Bloco de Esquerda sobre o orçamento do próximo ano, como é que será o orçamento para a saúde? Vai acabar a suborçamentação? Haverá cortes?

Fico a aguardar a resposta.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral** *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O facto que é inegável e que todos nós sabemos porque aprovámos neste Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Plano e Orçamento para este ano, é que este Governo fez o maior investimento de sempre, alocou o maior orçamento de sempre na área da saúde, sobretudo para fazer face ao pagamento de inúmeras faturas de fornecedores da área da saúde, com a agravante de ter um elevado número de milhares e milhares de euros de juros de mora que se foram vencendo ao longo dos tempos.

Para além do mais, este orçamento que nós aprovámos, aqui, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, comtemplou a atuação deste Governo Regional dos Açores no combate à pandemia de Covid 19 e tudo isto foi e é específico de um tempo próprio, que foi o tempo próprio que este Plano e orçamento esteve em vigor no corrente ano.

Deputado Francisco César *(PS):* Então vão cortar no orçamento?

O Orador: O que nós esperamos efetivamente e o que este grupo Parlamentar espera é que este Governo continue sim a desenvolver as melhores políticas, alocando as melhores condições financeiras para dar uma resposta efetiva, uma resposta eficaz, uma resposta eficiente à saúde dos açorianos.

E é isto que este grupo Parlamentar do PSD aqui reitera, perante esta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para que este Governo Regional dos Açores continue nesta senda, nestes primeiros dez meses, para que no próximo Plano e Orçamento ….

Deputado Francisco César *(PS):* Então vai subir ou descer?

O Orador: … da Região Autónoma dos Açores, que irá ser muito brevemente aqui debatido e aqui, esperamos todos nós, aprovado por esta Assembleia, possa continuar a alocar os recursos financeiros fundamentais para uma administração regional de saúde que se quer eficiente e ao serviço do povo dos Açores.

Deputado Francisco César *(PS):* Ou seja, vai subir ou descer?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Registo a resposta eloquente do Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, não respondeu a uma pergunta tão simples como sim ou não!

Falou muito, mas não disse nada!

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É natural que no Plano e Orçamento que nós aprovámos aqui no Plenário relativamente a esta questão, estavam comtempladas verbas relativas ao combate da pandemia Covid 19. Não tenho, porque não sou membro do Governo, mas o que é essencial aqui deste ponto de vista é que naturalmente possa haver uma diminuição ou uma alocação de recursos financeiros para outras áreas da saúde, uma vez que concluímos ou estamos brevemente a

concluir um processo de vacinação, relativo a uma pandemia que só se mostrou devidamente controlada pela ação eficaz e eficiente do Governo Regional, designadamente também tutelado pela Secretaria Regional da Saúde, como todos nós sabemos.

Portanto, nós temos orçamentos específicos para anos específicos e este ano que todos nós passamos, é de conhecimento público, foi um ano absolutamente atípico no combate a uma pandemia que felizmente está devidamente controlada e, esperemos nós, a muito curto prazo, ultrapassada. Fruto de uma ação eficiente e de uma ação qualitativa, assumida por este Governo Regional dos Açores ao serviço do povo dos Açores.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado José Ávila. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Ávila** *(PS):* Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar queria dar as boas-vindas ao Deputado Marco Nuno Silva e desejo-lhe um bom trabalho, enquanto por cá estiver.

Relativamente ao assunto que nós hoje estamos aqui a tratar, o Sr. Secretário Regional da Saúde não tem tempo, portanto não o vou massacrar com muitas questões, mas uma coisa é certa, tentou introduzir aqui alguns números, e bem, é o seu dever também, relativamente a alguns consultas, nomeadamente as consultas de especialidade e a sua evolução ao longo do último tempo. Teve a tentação de trazer o resultado das eleições autárquicas para a discussão,

nomeadamente no caso da Graciosa, mas, Sr. Secretário, já me procurou e já explicou aquilo que queria dizer. Eu também lhe tinha dito algumas coisas em aparte relativamente às suas vitórias ou derrotas nas eleições do seu percurso político e também me explicou. Eu aqui quero fazer uma retificação, o sr. de facto ganhou eleições, portanto, é uma retificação que eu queria deixar.

Já não posso compreender, quando o Sr. Deputado Carlos Freitas, na passada terça-feira falou, em aparte também, relativamente às eleições na Graciosa. Queria-lhe dizer que já fui a eleições sete vezes e ganhei mais de metade. Portanto, eu posso perder, mas tento sempre apoiar a minha ilha e os habitantes da minha ilha. Relativamente a si, tenho pena de lhe dizer que o sr. talvez ainda não ganhou eleição nenhuma, mas é novo, com certeza que há de ganhar num futuro próximo.

Também lhe queira chamar a atenção de um facto, é que aqui nesta casa, há muita gente, dos diversos partidos, que perderam eleições. Se olhar para a sua bancada e para a bancada do Governo vai ver muita gente que perdeu eleições e essas pessoas merecem respeito da sua parte também.

Relativamente à questão ainda eleitoral, quero deixar aqui um abraço aos Srs. Deputados que perderam as eleições autárquicas no passado domingo, nomeadamente o Sr. Deputado Bruno Belo, António Vasco Viveiros, Berto Messias e também o Sr. Deputado Paulo Estevão. Deram a cara por projetos que não tiveram sucesso, tal como eu, mas não podemos nunca desistir.

Relativamente à questão da saúde e especificamente da Graciosa, o Sr. Secretário não tendo tempo, eu pedia-lhe era que tomasse nota das perguntas que quero fazer:

Deputado Carlos Costa *(PS):* Está de costas!

O Orador: Quantos utentes estão em lista de espera em consulta médica na Graciosa?

Até ao dia 23 de setembro…

(Pausa)

Sr. Secretário, eu sei que não tem tempo, se pudesse, pelo menos, anotar e dava-me a resposta mais tarde ou talvez no próximo Plenário.

Secretário Regional da Saúde e Desporto *(Clélio Meneses):* Então sendo assim fazia a pergunta mais tarde e respondia na hora!

O Orador: Eu queria saber, Sr. Secretário, quanto utentes estão em lista de espera até ao dia 23 de setembro, nas consultas médicas no centro de saúde da Graciosa?

Comparou dados relativamente às consultas de especialidade e eu queria que me dissesse quantos médicos de medicina geral e familiar ou clínica geral estavam no centro de saúde em 2019 e quantos é que estão neste momento?

Também fazia a mesma pergunta relativamente aos enfermeiros porque foi anunciado com pompa e circunstância que tinham entrado dois enfermeiros, e de facto entraram, mas também já saíram dois. Eu queria saber era se esta situação é para se manter? Fez-se a festa toda, entraram de facto dois enfermeiros, mas os enfermeiros não estão lá. Saíram mais dois, portanto, o que quer dizer que, no mínimo, estaremos iguais ao que estávamos em 2019.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu confesso que não me apercebi a quem é que o Sr. Deputado José Ávila se estava a referir no que diz respeito à perda e ganho de eleições. Essas últimas eleições autárquicas que ocorreram na Região Autónoma dos Açores.

Mas nisto, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata segue a máxima desta grande referência nacional que foi o Presidente Mário Soares, "só perde eleições, quem não participa nelas".

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos regressar à saúde.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado José Ávila** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nascimento Cabral, eu apenas disse que quem perde as eleições merece todo o respeito, como quem ganha. Foi isso apenas que eu disse! E disse que quando se faz uma apreciação sobre uns resultados eleitorais, deve se respeitar, não só aquele que ganha, mas também aquele que perde e foi isso que eu chamei a atenção porque existem nesta Casa muitas pessoas que foram ao combate político, lutaram pelos seus ideais, fizeram os seus projetos e não conseguiram vingar e isso não merece chacota …

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

O Orador: …e foi isso que aconteceu na passada terça-feira e é isso que eu não aceito, não só por mim, mas também por aqueles que perderam as eleições recentemente e aqueles que até perderam no passado recente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Tiago Lopes, para falar de saúde.

(*) **Deputado Tiago Lopes** *(PS):* Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer uma última pergunta, em jeito de conclusão, que é: onde é que está o Sr. Secretário Regional da Saúde? O debate terminou e ele não está aqui para ouvir o debate. Portanto, a centralidade deste Parlamento é completamente ignorada pelo Sr. Secretário e, portanto, queria dar nota disso.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, está registado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral** *(PSD):* Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Governo Regional dos Açores está aqui devidamente representado pelo Sr. Presidente do Governo Regional e é isto que é preciso realçar, O Governo não abandonou este debate, este Governo está aqui nesta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Sr. Presidente está

atento ao debate, não tem é tempo para responder às questões que este Parlamento, superiormente, tem que dirigir a este Governo.

Naturalmente que quando numa sessão dessas de debate parlamentar o tempo do Governo se esgota, torna-se difícil continuar a fazer um debate com o próprio Governo Regional.

Neste sentido, o Sr. Presidente do Governo está aqui atento, está a tomar as devidas notas e naturalmente, espero eu, esperamos todos nós, que as respostas às perguntas que foram dirigidas a este Governo Regional dos Açores sejam brevemente respondidas pela forma escrita.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional *(José Manuel Bolieiro):* Assim será!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Tiago Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes** *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para colocar também uma última questão (pensei que não havia mais intervenções), já que o Sr. Presidente do Governo está presente. É a grande questão, se o Sr. Secretário regional da Saúde saberá gerir melhor o SRS do que o tempo que dispõe para os debates? Porque não soube gerir efetivamente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral** *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É naturalmente um debate com as características que nós tivemos, um debate em que naturalmente às questões objetivas também se sobrepôs muitas insinuações e muitas apreciações subjetivas. Estas perguntas que foram aqui formuladas pelos vários Deputados desta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, incluindo também do Partido Social Democrata, originou que o Sr. Secretário da Saúde tivesse feito respostas, não tão sucintas quanto seria de esperar, mas exaustivas, pormenorizadas, dando a conhecer os dados disponíveis, seja na recuperação das listas de espera da saúde, de cirurgias, seja na recuperação das listas de espera dos meios de diagnóstico, seja da forma exaustiva com que aqui explicitou a recuperação das consultas que foram sendo dadas e recuperadas nestes últimos dez meses, muitas delas, como todos nós sabemos, ficaram quase como suspensas em função da pandemia Covid 19 que atravessamos, mas o carácter exaustivo, pormenorizado, a preocupação em divulgar os números, os dados objetivos para que todos nós possamos ter conhecimento efetivo das respostas às perguntas que foram aqui superiormente formuladas, fez com que, naturalmente, o tempo que o Governo Regional tivesse disponível para responder, fosse esgotado.

Não se trata aqui, na nossa perspetiva, de uma boa ou de uma má gestão do tempo, o que importa aqui sobretudo é valorizar a qualidade da resposta apresentada, a objetividade dos números que foram apresentados, o rigor da informação prestada e, sobretudo, a disponibilidade apresentada pelo Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto de, perante todos nós e em função do tempo que se tinha esgotado, de responder por escrito às perguntas que este parlamento tem o dever e obrigação, perante o povo dos Açores, de formular a este Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Num aparte estavam a dizer que: "ainda tem tempo". Pois, isto é um exemplo de boa gestão! Ainda cá estou, vivo!

Ora bem, o que eu vos quero dizer é o seguinte, relembrar-vos uma coisa muito simples: nunca vos ouvi protestar quando os Secretários do Partido Socialista se inscreviam depois da interpelação ter sido realizada (obviamente para não responder à pergunta nenhuma porque o discurso já estava feito, inscreviam-se a seguir e gastavam o tempo todo) e v. exas agora é a amnésia total, quando nem sequer existia uma intervenção, uma réplica por parte dos Membros do Governo que faziam uma intervenção depois de o Deputado ter realizado a sua. Isso aconteceu tantas vezes, meus srs.

Deputada Andreia Cardoso *(PS):* É bom não generalizar!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** *(Clélio Meneses):*

Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. membros do Governo:

Era uma interpelação para solicitar à Mesa a transcrição urgente de todo este debate decorrente da interpelação, no sentido de demonstrar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nas suas primeiras intervenções, o que fez foi referências pessoais, casuísticas e ataques e não colocou nenhuma questão e que

as questões que foram colocadas foi após saber que o Governo Regional já não tinha tempo para responder às mesmas.

Era apenas para demonstrar isso e também para reiterar perante a Mesa de que estamos disponíveis para que através de qualquer figura regimental sejam colocadas as questões que pretenderem e com a mesma transparência e isenção como respondemos a todas as questões colocadas com números precisos, podemos fazer nessa circunstância.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Está registada a interpelação.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, dou a palavra ao Sr. Deputado António Lima para encerrar esta interpelação. Tem cerca de dois minutos.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com esta interpelação e após algumas horas de debate ficamos agora no seu encerramento com uma certeza: a saúde, no próximo ano, sofrerá cortes no sue orçamento. É essa a conclusão a que se chega com as intervenções do Sr. Secretário e do líder da bancada do PSD e não vale a pena dizerem que o ano de 2021 foi um ano especial. É que, se com o orçamento de 2021 não foi possível acabar com a suborçamentação, com menos, será ainda menos possível.

A saúde sofrerá, no próximo ano, e os açorianos e açorianas sofrerão com este Governo no próximo ano.

Nesta interpelação o Governo assume, com todas as letras, que abriu uma via para o acesso aos meios do SRS, por parte do setor privado da saúde e por parte

de quem pode pagar, abrindo uma fila para quem pode pagar e outra, mais longa, para quem não pode e isso é inaceitável e lutaremos contra isso.

Também nesta interpelação ficamos a saber que a promiscuidade, a ilegalidade, o nepotismo são normais, práticas de gestão que podem ser aceites, ignoradas e normalizadas nos Açores e isto nós também não aceitamos e denunciaremos sempre.

Ficamos a saber também que a caça às bruxas que o Sr. Presidente prometia que não existira, é aquilo que se passa na administração publica….

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Isso é falso!

O Orador: … com tantos casos que chegam a publico. Caça às bruxas, pessoas perseguidas, expulsas pela porta principal para toda a gente ficar a saber que quem se mete com o Governo leva. É isso que os srs. fazem!

O Bloco de Esquerda defende outro SRS, um SRS em consonância com os avanços da última lei de bases da saúde.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Isso é falso!

O Orador: Um SRS acessível …

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* O senhor mente!

O Orador: … um SRS financiado, um SRS sem promiscuidade entre público-privado, um SRS onde quem pode pagar não é tratado de forma diferente.

É por isso que o Bloco de Esquerda irá apresentar, nesta Casa, uma proposta de adaptação do estatuto do SRS para ficar em consonância com os avanços, os importantes avanços da última lei de bases da saúde.

E é assim que nós somos, criticamos, denunciamos, mas propomos e não ficamos pela crítica. Por isso, essa interpelação serviu para demonstrar muita coisa, mas serviu também para dar a convicção que o Bloco de Esquerda tem de que é preciso alterar muita coisa na saúde e começaremos por querer alterar o estatuto do SRS.

Disse.

Deputada Alexandra Manes *(BE):* Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada esta interpelação.

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral pede a palavra para?

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral** *(PSD):* Um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Um protesto a?

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral** *(PSD):* Aos termos utilizados pelo Sr. Deputado António Lima para classificar a atuação deste Governo Regional dos Açores, no que diz respeito ao SRS.

Presidente: Sr. Deputado, o Sr. quer fazer um protesto a palavras que o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda dirigiu ao Governo Regional?

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral** *(PSD):* Exato.

Presidente: E não seria mais certo ser o governo regional a fazê-lo?

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral** *(PSD):* Mas não tem tempo e eu acho que o que está aqui em causa…

Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente faz.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente pede a palavra para?

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** *(Artur Lima):* Para um protesto.

Presidente: Para um protesto, tem a palavra, Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** *(Artur Lima):* Sr. Presidente:

Persegue e expulsa!

Disse aqui o Sr. Deputado António Lima que o Governo Regional persegue e expulsa.

Sr. Deputado isso é falso e o Governo repudia essa sua afirmação e o sr., se é uma pessoa de bem, que prove o que disse. O que se passou, Sr. Deputado, diga se se refere ao sr. diretor do serviço de informática do HDES, o sr. está

completamente enganado, isso foi devidamente esclarecido pela Sra. Secretária das Obras Públicas, o porquê do sr. não aceder ao sistema, isso foi devidamente esclarecido, porque o sr. resistiu, não acatou ordens e, portanto, de um caso de segurança nacional, que era o caso a que se tratava, de um hacker ter entrado no sistema do Governo e sob perigo de entrar em todo o sistema do governo e, eventualmente, na administração pública toda, teve que se tomar medidas sérias, drásticas e rápidas e quem não obedecia a essas regras, não pode, sobre hipótese alguma, estar no serviço. Foi isso que aconteceu.

Era com a segurança dos utentes, com a segurança do SRS, com a segurança de nós todos que o sr. se devia preocupar. O que o sr. disse é falso e mais, o sr. disse administração pública, o sr. diretor não pertence (como o sr. bem sabe) à administração pública, tinha uma avença.

Portanto, Sr. Deputado, o que o sr. aqui disse é falso …

Deputada Paulo Estêvão *(PPM):* Diga os nomes!

O Orador: … e repudiamos totalmente a sua atitude e lamentamos que o sr. que aqui anda há muitos anos…

Deputado António Lima *(BE):* O senhor anda há mais!

O Orador: … venha com esse tipo de política - e vou continuar, Sr. Deputado - , baixa, encomendada, insultar, difamar, insinuar.

O resumo da sua interpelação foi insinuar, difamar, diga nomes, concretize, seja sério.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado António Lima para um contraprotesto, tem dois minutos. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todas as palavras que eu disse nesta intervenção final, disse na intervenção inicial.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Ainda mais grave, é recidiva!

O Orador: Estranhei que o proteste chegue no fim. Porque o protesto a chegar, deveria ter chegado no início…

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Fomos tolerantes consigo!

O Orador: …, mas acharam que, se calhar, a interpelação correria melhor.

Mas, Sr. Vice-Presidente eu queria dizer o seguinte: as notícias de que foi uma pessoa, …

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Diga quem é!

O Orador: … independentemente da sua culpa, ou não, diretor de informática do HDES.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* Não era, era um avençado!

O Orador: … expulsa com segurança pela porta principal, para toda a gente ver, foi pública, toda a gente soube e não estou a julgar se a pessoa é inocente ou culpada, mas os srs. concluíram que ela era culpada, sem inquérito e isso, como sr., muitas vezes dizia ali daquela bancada, só na Coreia do Norte.

Muito obrigada.

Vice-Presidente do Governo Regional *(Artur Lima):* A Coreia do Norte o senhor é que conhece bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos avançar nos nossos trabalhos entrando no ponto 16. O Sr. Deputado Carlos Furtado requereu, ao abrigo do artigo 81.º do nossos Regimento a **Apresentação em Plenário do Projeto de Resolução n.º 74/XII – "Campanha institucional de promoção dos Açores em parceria com as empresas de lacticínios".** Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra. Dispõe de 10 minutos para a apresentação deste diploma.

(*) **Deputado Carlos Furtado** *(Independente):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução que hoje aqui apresento nesta Casa tem como objetivo uma campanha institucional de promoção dos Açores, enquanto destino turístico e abrange, na mesma iniciativa, também um importante contributo àquilo que é o problema dos lacticínios dos açores, nomeadamente pela fraca produtividade das empresas de lacticínios, fruto do preço indevidamente pago aos produtores de leite na nossa Região.

As atividades turísticas que tiveram, ao que parece, resultados positivos este verão, esses resultados não foram efetivamente suficientes para colmatar uma paragem de quase um ano e meio dessas atividades que trouxe enormes constrangimentos de sustentabilidade a essas empresas, enormes encargos que foram adiados e que só um futuro promissor dessas atividades turísticas pode efetivamente salvaguardar e proteger essas empresas num futuro próximo, que tanto precisaremos delas e da sua atividade e profissionalismo para levar por diante os destinos turísticos da nossa Região.

As incertezas de nos próximos tempos termos o boom que aconteceu neste verão, são desde logo identificadas pelo facto que o destino Açores concorre com tantos outros destinos a nível global, com tantos operadores turísticos especializados e devidamente envolvidos em toda a máquina de promoção turística, a nível mundial e é por isso importante que os Açores ponham já a

caminho políticas de promoção do nosso território, com vista a que nos próximos meses e anos sejam efetivamente anos importantes e anos de atividade turística que nos façam elevar os padrões de vida do povo açoriano e melhorar a rentabilidade das empresas que operam neste setor.

Paralelamente a esta situação que agora também aqui referi, os produtores agrícolas, nomeadamente da agropecuária, precisam também, neste momento de um estímulo que os faça perceber o quanto precisamos dele, o quanto a Região precisa desses operadores económicos porque a proteção das nossas paisagens, a proteção daquilo que é o nosso melhor argumento turístico e empresarial que são os nossos produtos agrícolas de lacticínios, fazem com que seja da maior importância que nós pudemos aqui aprovar algum mecanismo que possa valorizar esses produtos, criar condições para que eles cheguem a outros mercados e, a partir daí, tenham outras alternativas de colocação dos seus produtos, que como bem sabemos, atualmente vão sendo esmagados pela distribuição que percebendo a dificuldade de penetração dos nossos produtos, para lá da esfera nacional, vão condicionando a sobrevivência das nossas empresas agrícolas.

Posto isso e explicado aquele que é o princípio que me levou à apresentação desta proposta, que no fundo consiste basicamente em juntar material publicitário, merchandising, da Região nas embalagens dos produtos de lacticínios dos Açores, nomeadamente no leite UHT, mas também nos queijos e outros, com vista a que esses artigos depois de estarem nas prateleiras tenham outra atratividade para o consumidor não local.

Esse material – merchandising – como eu prevejo na iniciativa que apresento, seja especificamente direcionado para todos os produtos que tenham de forma direta, relação e informação sobre o seu local de produção, as empresas que os produzem, ou seja, exclui-se dessa promoção todos os produtos de marcas brancas, porque o que interessa aqui é valorizar a nossa origem, os nossos

produtos, mas também as nossas indústrias de transformação dos produtos lácteos.

Portanto, essa iniciativa que eu proponho será uma iniciativa a alargar no tempo dentro daquilo que for a disponibilidade do Governo e da área do turismo, no sentido de que ela venha a ter reflexos no tempo e que esses reflexos obviamente terão que ser medidos provavelmente no horizonte temporal que deverá, no meu entender, não ser inferior a um ano.

Por último e percebendo que com a tramitação normal este diploma baixará à respetiva Comissão, fico a aguardar com entusiasmo todas as participações de todos os Partidos, de todos os Deputados desta Casa, assim como dos órgãos institucionais e também dos pareceres, neste caso das empresas de lacticínios e outros que tenham envolvência neste diploma, para que o contributo de todos venha eventualmente a valorizar e a enriquecer esta proposta.

Por último, também não queria deixar de referir que serão agradecidos todos os contributos que vierem de boa fé, excluindo-se para o efeito os contributos de má fé, que efetivamente já começaram a aparecer a esta minha proposta, nomeadamente através de uma nota de imprensa onde se pretende, de alguma forma, desvalorizar esta iniciativa, por um deputado que, tentando justificar a sua inoperância enquanto deputado e as suas obrigações nesta Casa, procura, denegrindo o trabalho dos outros, desculpar a sua inoperância. Situação essa que efetivamente não é normal, aliás, o deputado em causa usa e abusa de determinados recursos para manter a sua sobrevivência política, o que é lamentável e isso é fácil de provar porque a nota de imprensa que efetivamente criticou a iniciativa que estou aqui a apresentar, usa e abusa de determinados artifícios, nomeadamente em termos linguísticos para chamar a si, de uma forma mais ou menos intuitiva, que a subida do preço do leite anunciada pela PROLACTO é motivada, se calhar, pela influência desse dito deputado.

Ora, isso é completamente falso, mas também já nos habituamos às falsidades de linguista desse sr. deputado porque eu lembro e foi aqui há alguns meses e muita gente nesta Casa lembrar-se-á …

Presidente: Sr. Deputado, o Sr. está no âmbito da apresentação de uma iniciativa.

O Orador: Com certeza, Sr. Presidente, já terminarei.

…em que utilizou o mesmo suporte linguístico para usurpar uma iniciativa apresentada por vários partidos que foi de iniciativa do Sr. Deputado Joaquim Machado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dispõe o nosso Regimento que apresentada a iniciativa há um período reservado para pedidos de esclarecimentos de 15 minutos.

Pergunto se há inscrições para pedidos de esclarecimentos?

(Pausa)

Parecendo não haver, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a Conferência de Líderes deliberou que vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje. Regressamos amanhã, às 10 horas, com o debate de urgência promovido pelo Partido Socialista.

Até amanhã e convoco de imediato uma Conferência de Líderes porque precisamos de trabalhar.

Eram 15 horas e 55 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Sérgio Humberto Rocha de **Ávila**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

(*) Texto não revisto pelo orador

A redatora, Sara Azevedo